



Relatório da Administração

Ano 2013

CERES - Cooperativa de Eletrificação Rural de Resende Ltda.

Rua Agulhas Negras 85, Montese
Resende- RJ CEP 27.541-040
CNPJ 31.465.487/0001-01
Inscrição Estadual 85.512.854
www.ceres.coop.br
presidência@ceres.coop.br

SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	3
CARTA DO PRESIDENTE	4
CENÁRIO	5
DISTRIBUIÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA.....	5
GESTÃO	15
PERMISSIONÁRIA EM NÚMEROS.....	16
AGRADECIMENTOS	27
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (REGULATÓRIAS)	28
BALANÇO PATRIMONIAL REGULATÓRIO	29
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO REGULATÓRIO	31
NOTAS CONCILIATÓRIAS E EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS	33
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (SOCIETÁRIAS)	39
BALANÇO PATRIMONIAL	40
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	42
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	44
DEMONSTRAÇÃO DO BALANÇO SOCIAL	45
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	47
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA	49
NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	51

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhoras e Senhores Associados,

Em cumprimento às disposições legais e contratuais, submetemos a apreciação de V. Sas. o Relatório da Administração e das Demonstrações Contábeis da Cooperativa de Eletrificação Rural de Resende Ltda – CERES, elaborados conforme a Legislação Societária, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, acrescidas do Balanço Social, Demonstração do Valor Adicionado – DVA e Demonstração do Fluxo de Caixa. Tais demonstrativos objetivam a divulgação de forma transparente aos sócios, parceiros, investidores, órgão regulador, clientes e sociedade em geral, e servirão como base para nortear as atitudes necessárias durante o próximo exercício, alavancando positivamente os resultados obtidos, sempre na busca da melhoria contínua.

Cabe salientar que cumprimos as determinações específicas do Órgão Regulador, na apresentação da Demonstração de Resultado, conforme Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, as quais são compatíveis com os princípios fundamentais de contabilidade, determinado a todas as empresas Concessionárias e Permissionárias do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica.

CARTA DO PRESIDENTE

Fundada em 30 de agosto de 1968 por um grupo de fazendeiros para levar a energia elétrica a suas propriedades, a CERES tornou-se numa instituição forte e com uma administração ágil. Prestando o serviço de distribuição de energia em seis áreas nos municípios de Resende e Itatiaia e ainda em pequenos trechos dos Estados de Minas Gerais e São Paulo, levando energia e desenvolvimento às áreas onde atua.

É com o espírito de continuidade desse desenvolvimento que completamos o ano de 2013 liderando um grande processo de mudança na Ceres. Primando por uma administração moderna e transparente, seguindo as normas e regulamentações da Aneel, Agência Nacional de Energia Elétrica. Com isso, estamos defendendo os interesses do consumidor, e os resultados já estão aparecendo.

A aplicação dessas modernas técnicas de administração está fazendo surgir uma nova empresa, compromissada com os consumidores, associados, comunidades e sociedade em geral.

Vander Leite Gomes

Presidente

CENÁRIO

A CERES atua no segmento de distribuição de energia elétrica, e desde o ano de 2008 mantém com o órgão regulador, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, um Contrato de Permissão, contendo as principais premissas, direitos e obrigações do setor elétrico. Nesse cenário, é digno de nota, que a ANEEL emana resoluções e manuais os quais devem ser conhecidos e cumpridos por todas as organizações do setor elétrico, o que inclui a CERES.

Ainda nesse tocante, é procedimento da regulação do setor promover a cada quatro anos um processo de revisão das tarifas praticadas pela CERES, o que deverá acontecer no ano de 2014, havendo apenas determinados óbices a serem solucionados antes da publicação do procedimento completo pela ANEEL. Considerando que tal processo de revisão das tarifas deveria ter ocorrido no ano de 2012, seus reflexos tiveram de ser demonstrados nos relatórios contábeis, para que houvesse a possibilidade de adiantar a interpretação de seu futuro impacto.

Cabendo frisar que tal processo deverá acarretar diminuição das tarifas de energia aos nossos cooperados/consumidores o que deverá ser satisfatório para o crescimento econômico da região, e forçará o desenvolvimento do programa de eficácia da CERES.

DISTRIBUIÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

A permissionária distribui energia elétrica em pequenas áreas pertencentes a 5 municípios, sendo 3 no estado do Rio de Janeiro, 1 no estado de Minas Gerais e 1 no estado de São Paulo, atendendo 4.265 unidades consumidores.

Atualmente não atendemos a nenhum Associado que já detenha o Status de "Consumidor Livre".

Ligação de consumidores

Foram realizadas, no ano, 152 novas ligações com destaque 110 residenciais, 41 comerciais e 01 rural, totalizando 4.265 consumidores atendidos, número 3,19% superior ao ano anterior.

Comportamento do Mercado

Até o presente momento a CERES não dispõe de geração própria sendo, portanto, todo seu mercado atendido por injeção de energia adquirida em forma de suprimento da Ampla Energia e Serviços S/A.

	Balanco energético em GWh	
	2013	2012
Geração Própria	0	0
Ampla	16,03	15,96
PROINFA	0,25	0,32
TOTAL	16,28	16,28
Disponibilidades		
Consumidores - distribuição direta	15,75	15,17
Consumidores livres	N/A	N/A
Concessionárias	N/A	N/A
Energia contratual	N/A	N/A
Energia de curto prazo	N/A	N/A
Fornecimento e suprimento	15,75	15,17
Perdas e diferenças	4,10%	6,82%

O valor classificado como "**Consumidores – distribuição direta**" refere-se a energia faturada

Distribuição Direta por Classe de Consumo

O consumo de energia elétrica na área de atuação da permissionária no ano 2013 foi de 15,75 GWh, tendo apresentado crescimento de 3,96% em relação ao ano de 2012.

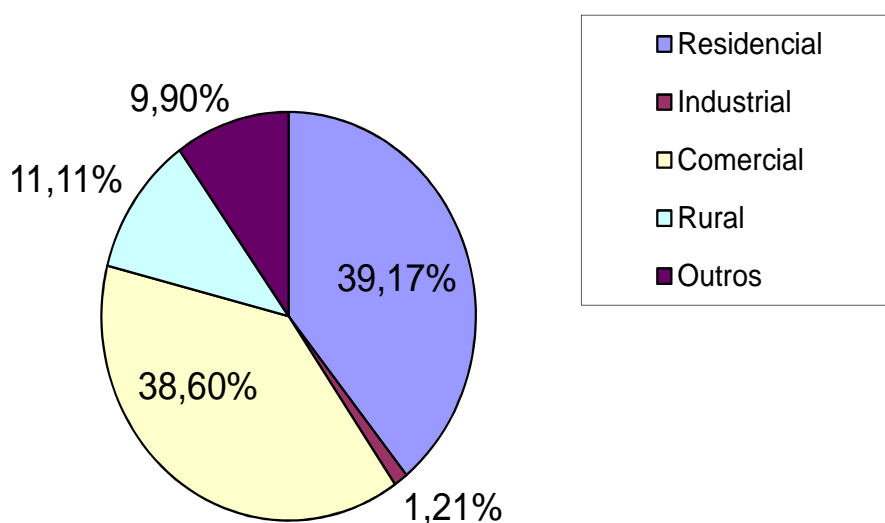
Os segmentos de mercado residencial e comercial foram os que mais contribuíram para esse resultado em termos absolutos. Destaca-se ainda o desempenho da classe rural que se mostrou incrementada em 10,49% com relação aos dados do ano passado.

Entretanto o que se ressalta é a variação negativa de mais de 26% da classe industrial, que mesmo apresentando grande monta percentual, é digno de se notar que a variação absoluta foi pequena, e o montante total do mercado dessa classe é de pequeno valor, que, em contrapartida, gera tal distorção.

A seguir são apresentados resultados sobre o consumo e sua variação no período:

Consumo por classe de consumidores - em GWh

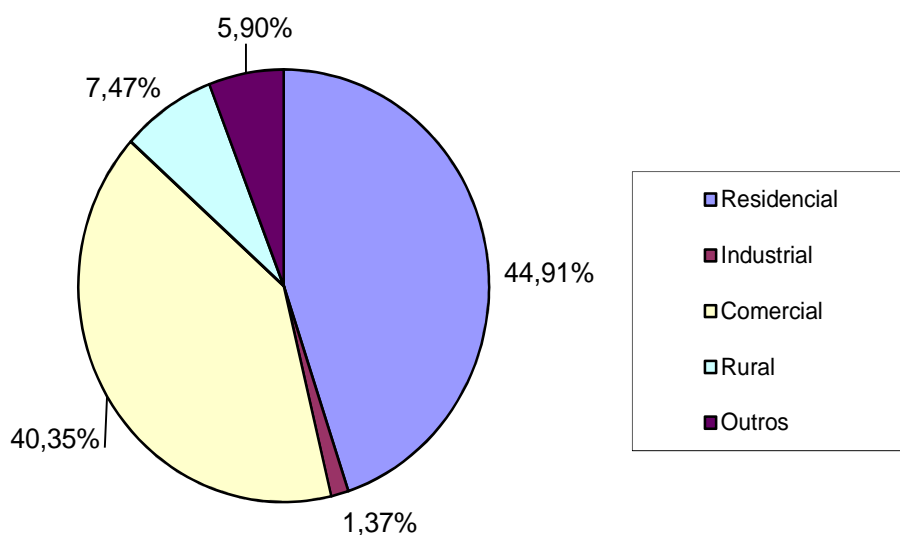
Classe	2013	2012	%
Residencial	6,17	5,71	8,06
Industrial	0,19	0,22	-13,64
Comercial	6,08	5,91	2,88
Rural	1,75	1,79	-2,23
Outros	1,56	1,54	1,30
Total	15,75	15,17	-3,64



Receita - A receita bruta decorrente do fornecimento de energia elétrica faturada no exercício, apurou em R\$ 6.452,69 mil o quadro a seguir mostra a comparação dos exercícios de 2013 com 2012 e a variação em percentual, vejamos:

Receita Bruta em R\$ mil

Classe	2013	2012	%
Residencial	2.897,78	3.065,40	(5,47)
Industrial	88,41	106,96	(17,34)
Comercial	2.603,62	2.867,03	(9,19)
Rural	482,02	562,34	(14,28)
Outros	380,86	424,26	(10,23)
Total	6.452,69	7.025,99	(56,51)



Número de consumidores

Foi observado, conforme quadro a seguir, em dezembro de 2013 um incremento de 3,19% em referência ao mesmo período do ano anterior.

Classe	Número de Consumidores		
	2013	2012	Variação %
Residencial	3436	3335	3,03
Industrial	5	5	-
Comercial	529	502	5,38
Rural	271	267	1,50
Outros	24	24	-
Totais	4265	4133	3,19

Tarifas

A tarifa média de fornecimento de energia elétrica em dezembro de 2013, atingiu R\$ 283,06 por MWh, com uma redução de 33,23% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Classe	R\$ por MWh
	2013
Residencial	337,64
Industrial	415,73
Comercial	292,57
Rural	182,17
Poder público	309,39
Outros	160,88
Tarifa Média	283,06

Composição da Tarifa	Poder Público					
	Residencial	Comercial	Industrial	Rural	Público	Outros
Tarifa aplicada	3.100,16	2.817,88	94,69	559,00	54,16	318,70
Impostos	17,68	17,45	0,54	5,03	0,32	0,33
PIS	3,13	3,09	0,10	0,89	0,06	0,06
COFINS	14,54	14,35	0,45	4,14	0,26	0,27
ISSQN	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ICMS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Taxas	114,52	113,02	3,53	32,58	2,08	2,16
Fiscalização	11,46	11,31	0,35	3,26	0,21	0,22
CCC	7,19	7,10	0,22	2,05	0,13	0,14
RGR	0,86	0,85	0,03	0,25	0,02	0,02
P&D	15,17	14,97	0,47	4,32	0,28	0,29
PEE	15,28	15,08	0,47	4,35	0,28	0,29
CDE	27,63	27,27	0,85	7,86	0,50	0,52
PROINFA	36,93	36,44	1,14	10,51	0,67	0,70
Compensação financeira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Custo da energia comprada p/revenda	247,76	244,52	7,63	70,49	4,51	4,67
Encargos de uso da rede elétrica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de pessoal	1.512,18	1.492,43	46,55	430,26	27,50	28,51
Outras despesas operacionais	1.076,54	1.062,48	33,14	306,31	19,58	20,30
Tarifa bruta da concessionária (*)	2.967,97	2.687,41	90,62	521,39	51,76	316,21
Resultado	131,49	-112,02	3,29	-285,67	0,18	262,72

(*) Representa a equivalência em relação a tarifa, que gera recursos para suprir as demais despesas operacionais (pessoal, depreciação, serviços etc.), além dos impostos de renda e contribuição social sobre o lucro líquido

Qualidade da Energia

Os dois principais indicadores da qualidade do fornecimento de energia elétrica são o DEC (duração equivalente de interrupções por consumidor) e o FEC (frequência equivalente de interrupções por consumidor). A evolução desses indicadores é apresentada no quadro a seguir:

Ano	DEC (horas)	FEC (interrupções)	Tempo de espera (horas)
2010*	N/D	N/D	N/D
2011	17,5	9,18	4,09
2012	38,78	16,24	2,14
2013	59,19	19,17	1,91

(*) Somente relatamos dados a partir do ano de 2011, pois o sistema de registro de ocorrências foi implantado somente no final do ano de 2010, entrando em operação no ano informado.

Atendimento ao consumidor

Dando sequência ao intenso processo de melhoria e modernização dos processos relacionados ao atendimento ao consumidor, a CERES, no ano de 2012, inaugurou o SAC – Serviço de Atendimento ao Consumidor, que poderá realizar reclamações, críticas, elogios etc, através de nosso sistema telefônico de tarifação reversa (0800), o que logicamente diminui os custos do cooperado/consumidor e aproxima a comunidade de nossa organização.

Tecnologia da informação

O desenvolvimento das diversas áreas de negócios de uma permissionária de energia depende substancialmente de soluções adequadas de Tecnologia da Informação, a qual permeia e dá suporte a praticamente tudo o que a permissionária faz, mediante sistemas de informação (*software*), redes de computadores (comunicação lógica) e atendimento ao consumidor (processamento, suporte e infraestrutura).

Em 2013, os principais projetos e sistemas desenvolvidos na área de Tecnologia da Informação foram:

- Finalização de implantação de processo de renovação e modernização do parque tecnológico

- Aquisição, implantação em regime de testes de dois links de 10Mbits/s, funcionando em backup

- Implantação de placa digital de atendimento automático, com linha de tarifação reversa (0800)

- Implantação de diversos dos Softwares integrados, destacando-se o software de administração de documentos, que nos possibilita mais agilidade no arquivo e consulta de documentação de novos cooperados/consumidores.

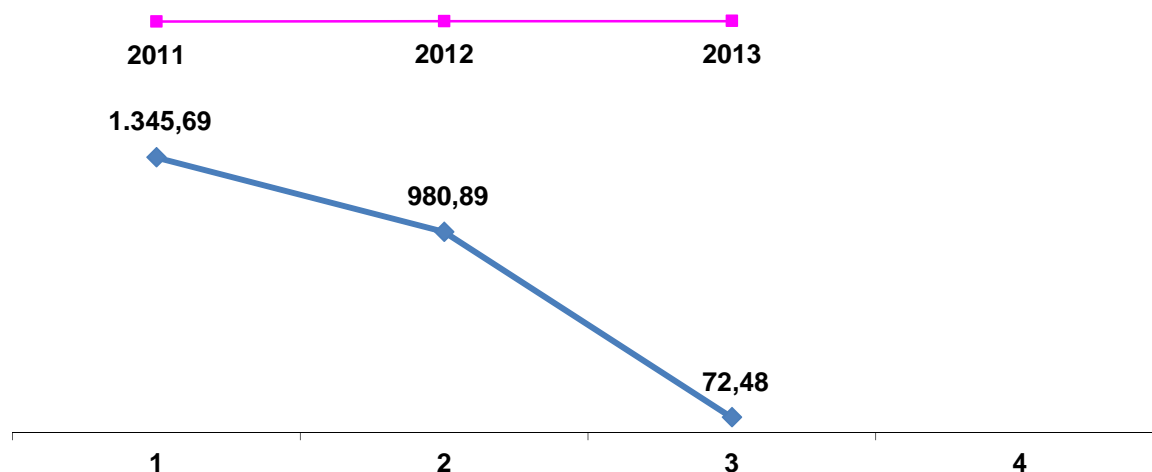
Desempenho econômico-financeiro

Em 2013, as Perdas foram de R\$ 200,70 (Reais/mil), contra uma sobra de R\$ - 1.145,53 (Reais/mil) em 2012, uma diminuição de 570,76%. A receita operacional líquida atingiu R\$ 6.748,55 (Reais/mil), enquanto em 2012 situou-se em R\$ 7.447,90 (Reais/mil).

As despesas operacionais totalizaram em 2013 R\$ 6.809,02 (Reais/mil), 21,80% superiores em relação a 2012 que foi de R\$ 5.590,41 (Reais/mil).

O EBITDA ou LAJIDA, lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização foi de R\$ 72,48 (Reais/mil), inferior em 1.253,32% a 2012, que foi de R\$ 980,89 (Reais/mil).

EBITDA OU LAJIDA - Legislação Societária



Investimentos

Em 2013, os investimentos da permissionária, importaram em R\$ 359,51 mil, cerca de -37,96% abaixo do valor relativo ao ano de 2012, conforme a seguir:

Investimento em R\$ mil			
	2013	2012	Variação %
Obras de Distribuição	359,51	579,52	-37,96%

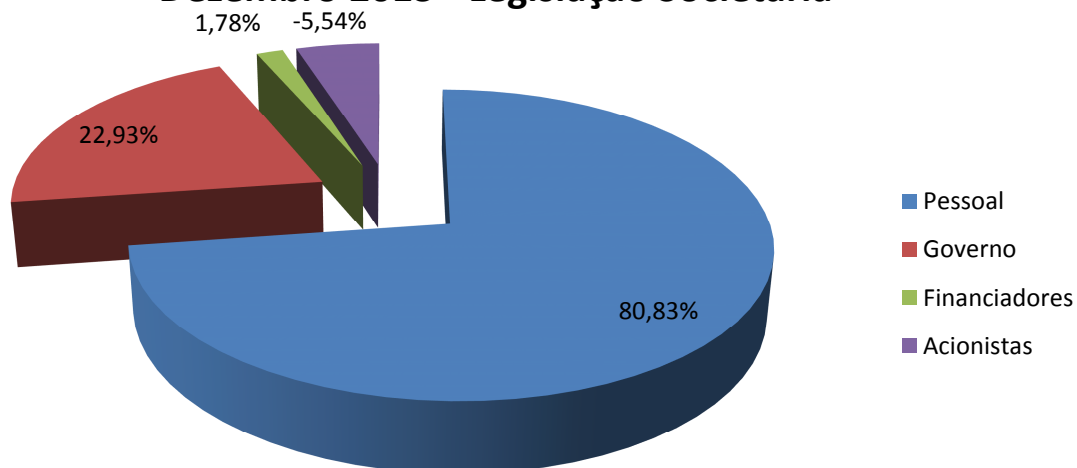
Captação de recursos

Todos os investimentos do ano de 2013 foram realizados somente com capital próprio

Valor adicionado

Em 2013, o valor adicionado líquido gerado como riqueza pela CERES foi de R\$ 3.764,30 (Reais/mil), representando 52,20% da Receita Operacional Bruta, com a seguinte distribuição:

Dezembro 2013 - Legislação Societária



Composição acionária

Em 31 de dezembro de 2013 o capital social da CERES representa R\$ 63,39 (Reais/mil), composto por 11.798 quotas-partes, com a seguinte composição:

CONSELHO ADMINISTRATIVO 2013		
NOME	Nº DE QUOTAS	Percentual s/Capital
Vander Leite Gomes	2	0,02%
Carlos Ribeiro da Silva	2	0,02%
Pedro Paulo Landim de Carvalho	2	0,02%
Sérgio de Carvalho Nogueira	2	0,02%
Oscar Loura da Fonseca Júnior	2	0,02%
Ivanil Marques de Almeida	5	0,04%
Moisés Ismael Maciel	2	0,02%
Sub total	17	0,14%
CONSELHO FISCAL 2013		

NOME	Nº DE QUOTAS	Percentual s/Capital
Antonio Diniz Filho	2	0,02%
Sebastião Machado da Rocha Filho	5	0,04%
José Luiz de Almeida	2	0,02%
Denilson Tavares	2	0,02%
João Lacerda Nunes	8	0,07%
Jorge Vieira Correa	4	0,03%
Sub Total	23	0,19%
<u>DEMAIS COOPERADOS 2013</u>		
Demais Cooperados Totalizando 2.793 Cotistas	11.758	99,66%
Total geral	11.798	100,00%

Atendimento aos Associados

Coerente com a filosofia de postar-se diante do mercado como uma empresa transparente, moderna e aberta, a permissionária coloca à disposição dos seus associados o serviço de atendimento, instalado em sua Sede, situada à Rua Agulhas Negras, 85, Montese, Resende – RJ, e na Rua do Operário, 267, Penedo, Itatiaia – RJ

Os mesmos serviços estão disponíveis também por telefone, por meio dos números: (24) 3388 3020, 3388 3019 e 3351 2327.

Relações com o Mercado

Ao longo do ano, a CERES participou de diversos eventos, seminários e workshops com a finalidade de alinhar as práticas da permissionária com as melhores práticas de mercado com aderência às mudanças do setor elétrico.

GESTÃO

Administração

Durante o ano de 2013 a permissionária manteve o franco processo de adaptação e reestruturação organizacional em conformidade com os parâmetros do novo modelo institucional do setor elétrico e os novos cenários da economia brasileira, sem esquecer-se de manter a essência Cooperativista. Medida que atende às exigências da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, que por sua vez, visa assegurar total clareza e transparência nas relações comerciais entre os agentes que atuam nas diferentes etapas do processo de produção e venda de energia elétrica para garantir ao consumidor que as tarifas cobradas espelhem com fidelidade toda a cadeia de custos.

Planejamento Empresarial

O êxito que a permissionária vem obtendo em seu processo de adaptação às mudanças aceleradas no setor elétrico se deve em grande parte à qualidade de seu planejamento empresarial.

Gestão pela Qualidade Total

Em 2013, as atividades relacionadas com a Gestão da Qualidade compreenderam o desenvolvimento de estudos e projetos, implantação do manual da qualidade, preparação para certificações de qualidade de gestão.

Recursos Humanos

Em 2013 implantou-se e executou-se diversos programas de capacitação, treinamento e desenvolvimento do corpo funcional da permissionária, que já inicialmente apresentou melhora das práticas laborativas e técnicas.

Responsabilidade Social

Inserida no contexto cooperativista a permissionária vem ao longo do ano de 2013 reforçando presença nas comunidades por ela atendidas, apoiando as práticas culturais e festividades locais.

PERMISSIONÁRIA EM NÚMEROS

Atendimento	2013	2012	%
Número de consumidores	4.265	4.133	3,19
Número de empregados	46	59	(22,03)
Número de consumidores por empregado	93	74	25,68
Número de localidades atendidas	5	5	0,00
Número de agências	2	2	0,00
Número de postos de atendimento	2	2	0,00
Número de postos de arrecadação	0	0	0,00
Mercado			
Área de Permissão (Km ²)	274,00	274,00	0
Geração própria (GWh)	0	0	0
Demanda máxima (MWh/h)	3,93	3,70	6,08
Distribuição direta (GWh)	15,75	15,17	0
Consumo residencial médio (kWh/ano)	5,13	5,71	(10,16)
Tarifas médias de fornecimento (R\$ por MWh)	390,42	449,87	(13,21)
Total			
Residencial	470,04	536,02	(12,31)
Comercial	434,99	470,04	(7,46)
Industrial	405,32	461,24	(12,12)
Rural	251,33	292,25	(14,00)
Suprimento	16,01	16,28	0
DEC (horas)	59,91	38,78	54,49
População atendida - Urbana Atendida (em milhares de habitantes)	13,72	13,30	3,16
População atendida - Rural (em milhares de habitantes)	3,34	3,20	4,37
FEC (número de interrupções)	19,17	16,24	18,04
Número de reclamações por 1.000 consumidores	2,64	6,76	-60,95

Operacionais	2013	2012	%
Número de usinas em operação	0	0	0
Número de subestações	0	0	0
Linhas de transmissão (Km)	0	0	0
Linhas de distribuição (Km)	324,00	305,00	6,23
Capacidade instalada (MW)	16,07	11,78	36,42
Financeiros			
Receita operacional bruta (R\$ mil)	6.944,60	9.165,56	(24,23)
Receita operacional líquida (R\$ mil)	6.748,55	8.729,00	(22,69)
Margem operacional do serviço líquida (%)	2,91%	5,00%	(41,91)
EBITDA OU LAJIDA	72,48	980,89	(92,61)
Lucro líquido (R\$ mil)	(200,70)	708,53	(128,33)
Lucro líquido por mil cotas	(200,70)	708,53	(128,33)
Patrimônio líquido (R\$ mil)	843,81	1.084,82	(22,22)
Valor patrimonial por cota R\$	843,81	1.084,82	-22,22
Rentabilidade do patrimônio líquido (%)	-23,78%	65,31%	(136,42)
Endividamento do patrimônio líquido (%)	986,42%	724,50%	36,15
Em moeda nacional (%)	986,42%	724,50%	36,15
Em moeda estrangeira (%)	0,00%	0,00%	0,00

Indicadores de Performance.

	2013	2012
Salário Médio dos Funcionários (Reais/mil)	1,84	2,37
Energia Gerada / Comprada por Funcionário (MWh)	353,92	275,99
Energia Gerada / Comprada por Consumidor (MWh)	3,82	3,94
Retorno de Ativos por Unidade:	(0,01)	0,29

Balanço Social

Recursos Humanos

Em 2013, a CERES desenvolveu seu papel social, proporcionando aos seus colaboradores: palestras, cursos e seminários, sempre considerando a especificidade

de cada função exercida. Colaborou financeiramente, nos ensinos: fundamental, médio, profissionalizante e superior, diretamente ligados às atividades afins e também, cursos de reciclagem conforme Norma Regulamentadora nº. 10 (Portaria nº. 598/2004).

Responsabilidade Social

CIPA CERES: A CERES não possui CIPA, mas tem 1 (um) técnico especializado na área de segurança.

Alimentação: A CERES distribui mensalmente uma cesta básica para todos os funcionários.

Demonstração do Balanço Social - 2013 e 2012

(Valores expressos em milhares de reais)

	2013	2012
	R\$ mil	R\$ mil
1 - Base de cálculo		
Receita Líquida (RL)	6.748,55	8.728,99
Lucro Operacional (LO)	(60,48)	2.665,51
Folha de Pagamento Bruta (FPB)	3.537,43	3.575,46
	% sobre	% sobre

2 - Indicadores sociais internos

	R\$ mil	FPB	RL	R\$ mil	FPB	RL
Alimentação - Auxílio alimentação e outros	78,07	2,21%	1,16%	100,08	2,83%	1,48%
Encargos sociais compulsórios	772,70	21,84%	11,45%	786,37	22,23%	11,65%
Entidade de previdência privada	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Saúde - Convênio assistencial e outros benefícios	290,11	8,20%	4,30%	190,91	5,40%	2,83%
Segurança no trabalho - CIPA e exames periódicos	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Educação - Auxílio educação	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	9,37	0,26%	0,14%	27,35	0,77%	0,41%
Auxílio creche	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Participação nos resultados	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Incentivo à aposentadoria e demissão voluntária	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Vale-transporte - excedente	55,91	1,58%	0,83%	74,37	2,10%	1,10%
Outros Benefícios	39,99	1,13%	0,59%	35,45	1,00%	0,53%
Total	1.246,15	35,23%	18,47%	1.214,53	34,33%	18,00%

**%
sobre**

% sobre

3 - Indicadores sociais externos

	R\$ mil	LO	RL	R\$ mil	LO	RL
Educação - Programa Luz das Letras	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Cultura	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Saúde e Saneamento - Apoio social aos municípios	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Habitação - Reassentamento de famílias	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Esporte e lazer	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Doações e contribuições	26,28	-43,45%	0,39%	1,97	-3,26%	0,03%

Total de contribuições para a sociedade	26,28	-43,45%	0,39%	1,97	-3,26%	0,03%
Tributos - excluídos encargos sociais	107,46	-177,68%	1,59%	18,12	-29,96%	0,27%
Total	133,74	221,13%	1,98%	20,09	-33,22%	0,30%

%
sobre

% sobre

4 - Indicadores ambientais

	R\$ mil	LO	RL	R\$ mil	LO	RL
Desapropriações de terras	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Estação ecológica - Fauna / Flora	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Relacionamento com a operação da empresa						
Programa Social de Eletricidade Rural	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Rede Compacta ou Linha Verde	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Programa de Eletrificação para População Carente	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Programa de Desenvolvimento Tecnológico e Industrial	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Museu Ecológico	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Universidade Livre do Meio Ambiente	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Programas especiais / Projetos externos	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Total	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%

2013

2012

	em	em
5 - Indicadores do corpo funcional	unidades	unidades
Empregados no final do período	46	59
Escolaridade dos empregados		
Superior e extensão universitária	7	13
Ensino médio	29	37
Ensino fundamental	10	9
Faixa etária dos empregados		
Abaixo de 30 anos	11	18
De 30 até 45 anos (exclusive)	21	28
Acima de 45 anos	14	13
Admissões durante o período	8	16
Mulheres que trabalham na empresa	18	19
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres em relação ao nº total de mulheres	5,55	5
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres em relação ao nº total de gerentes	25,00	20
Negros que trabalham na empresa	7	17
% de cargos gerenciais ocupados por negros em relação ao nº total de negros	14,28	6
% de cargos gerenciais ocupados por negros em relação ao nº total de gerentes	25,00	20
Portadores de deficiência	0	1

física

Dependentes 70 77

Estagiários 0 5

6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial

Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa 10,25 7,58

Maior remuneração 6,61 7,58

Menor remuneração 0,68 0,78

Acidentes de trabalho 1 3

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do Fluxo de Caixa – DFC

Demonstração do Fluxo de Caixa Dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Legislação Societária</u>	
	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais		
Recebimentos de Consumidores	6.345,80	6.837,73
Pagamentos a Fornecedores	-2.242,38	-2.499,12
Fornecedores Energia Elétrica Comprada	-644,88	-516,48
Salários e Encargos Sociais	-3.130,96	-2.878,08
Caixa Gerada pelas Operações	327,58	944,05
Encargos Setoriais	-155,33	-457,43
Juros Pagos	0,00	-17,98
Tributos Federais (IRPJ, CSLL, IRRF, PIS, COFINS)	-214,44	-243,74
Tributos Estaduais (ICMS)	-36,46	-23,84
Tributos Municipais (COSIP, ISSQN)	-4,72	-5,98
Fluxo de Caixa Antes dos Itens Extraordinários	-83,37	195,08
Imposto de Renda na Fonte sobre Dividendos Recebidos	0,00	0,00

Indenizações	-12,76	-22,04
Associações e Convênios	-6,30	-11,10
Viagens	-14,92	-64,54
Outras Receitas/Despesas	604,13	-2,64
	<hr/>	<hr/>
<i>Caixa Líquida Provenientes das Atividades Operacionais</i>	<i>486,78</i>	<i>94,76</i>
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos		
Aquisição da Subsidiária Líquido da Caixa Incluída na Aquisição.	0,00	0,00
Compra de Ativo Imobilizado	-582,43	0,00
Recebido pela Venda de Imobilizado		8,00
Juros Recebidos	0,00	0,00
Titulos de Capitalização	-17,31	0,00
Ativos regulatórios	0,00	0,00
	<hr/>	<hr/>
<i>Caixa Líquida usada nas Atividades de Investimentos</i>	<i>-599,74</i>	<i>8,00</i>
Fluxos de Caixa das Atividades Financeiras		
Recebido pela Emissão de Ações de Capital	0,00	0,00
Recebido por Empréstimo a Longo Prazo	0,00	0,00
Devolução de Adiantamentos por Funcionários	0,00	0,60
Devolução (Adiantamento) a Fornecedor	0,00	0,00
Receitas de Aplicações Financeiras	7,59	9,92
Recebimentos de Empréstimos	1.225,99	0,00
Pagamentos de Empréstimos	-938,16	0,00
Juros Pagos	-69,38	0,00
Dividendos Pagos	0,00	0,00
Despesas Bancárias	-117,19	-88,61
Outras Devoluções	0,00	-5,95
	<hr/>	<hr/>
<i>Caixa Líquida usada nas Atividades Financeiras</i>	<i>108,85</i>	<i>-84,04</i>
Redução Líquido no Caixa e Equivalentes à Caixa	-4,11	18,72
Caixa e Equivalentes à Caixa no Começo do Período	<hr/> 144,36	<hr/> 125,64
Caixa e Equivalentes à Caixa no Fim do Período	<hr/> 140,25	<hr/> 144,36
Variação pelo Caixa	-4,11	18,72

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do Valor Adicionado – DVA

Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro de 2013 e 2012

(Valores expressos em milhares de reais)

	Legislação societária	
	2013	2012
Receitas	6.828,50	9.123,66
Venda de energia e serviços	6.944,60	9.165,57
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-45,37	-22,77
Provisão para contingências	-70,73	-19,14
Resultado não operacional	0,00	0,00
(-) Insumos adquiridos de terceiros	(2.825,98)	(1.683,62)
Insumos consumidos	0,00	0,00
Outros insumos adquiridos	-927,25	-63,45
Material e serviços de terceiros	-1.898,73	-1.620,17
(=) Valor adicionado bruto	4.002,52	7.440,04
(-) Quotas de reintegração	(238,22)	(272,36)
(=) Valor adicionado líquido	3.764,30	7.167,68
(+) Valor adicionado transferido	(140,22)	(236,06)
Receitas (Despesas) financeiras	(140,22)	(236,06)
Resultado da equivalência patrimonial	0,00	0,00

(=) Valor adicionado a distribuir 3.624,08 6.931,62

Distribuição do valor adicionado:

Pessoal 2.929,41 3.107,91

Remunerações 2299,88 2313,61

Encargos sociais (exceto INSS) 164,68 339,37

Entidade de previdência privada 0,00 0,00

Auxílio alimentação 78,07 38,63

Incentivo à aposentadoria e
demissão voluntária 0,00 0,00

Provisão para gratificação 0,00 0,00

Convênio assistencial e outros
benefícios 397,52 419,20

Participação nos resultados 0,00 0,00

Custos imobilizados (10,74) (2,90)

Provisão trabalhista 0,00 0,00

Governo 830,88 3.061,67

INSS (sobre folha de pagamento) 608,02 467,56

ICMS 0,00 0,00

Imposto de renda e contribuição
social 0,00 0,00

Outros (PIS/ COFINS/ enc.setoriais,
outros) 222,86 2594,11

Financiadores 64,49 53,51

Juros e variações cambiais 0,00 0,00

Aluguéis 64,49 53,51

Acionistas (200,70) 708,53

Remuneração do capital próprio	0,00	0,00
Lucros retidos	(200,70)	708,53
Valor adicionado (médio) por empregado	78,78	157,54

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

AGRADECIMENTOS

Registramos nossos agradecimentos aos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da permissionária. Nossos reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro de colaboradores.

Nosso muito obrigado!

Resende, 31 de março de 2014.

A Administração.

**DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS
(REGULATÓRIAS)**

Demonstrações Contábeis Regulatórias

COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO RURAL DE RESENDE LTDA. – CNPJ: 31.465.487/0001-01
BALANÇOS PATRIMONIAL REGULATÓRIO E SOCIETÁRIO ((VALORES EXPRESSOS EM R\$/MIL)

	Nota de Ajustes	2013			2012		
		Societário	Ajustes CPCs	Regulatório	Societário	Ajustes CPCs	Regulatório
ATIVO							
Circulante		1.652,38	(699,58)	2.351,96	1.995,83	(547,05)	2.542,88
Consumidores, concessionárias e permissionárias	[1]	1.526,93		1.526,93	1.835,96		1.835,96
Despesas pagas antecipadamente	[2]	7,96	(699,58)	707,54	15,51	(547,05)	562,56
Outros Ativos Circulantes não afetados		117,49		117,49	144,36		144,36
Não circulante		7.299,31	0,00	7.299,31	6.906,57	0,00	6.906,57
Consumidores, concessionárias e permissionárias	[1]	0,00		0,00	0,00		0,00
Créditos fiscais diferidos	[3]	0,00		0,00	0,00		0,00
Despesas pagas antecipadamente	[2]	0,00		0,00	0,36		0,36
Ativo Financeiro da Concessão		713,80	713,80	0,00	434,61	434,61	0,00
Outros Ativos não Circulantes não afetados		2.929,21		2.929,21	2.988,16		2.988,16
Investimentos	[4]	0,00		0,00	0,00		0,00
Imobilizado	[5]	658,81	(3.652,68)	4.311,49	1.073,19	(2.829,33)	3.902,52
Em serviço		1.496,43	(3.860,97)	5.357,40	1.899,15	(3.161,71)	5.060,86
(-) Reintegração Acumulada		(837,62)	1.371,35	(2.208,97)	(825,96)	1.200,96	(2.026,92)
Em curso		0,00	(1.163,06)	1.163,06	0,00	(868,58)	868,58
Intangíveis	[6]	2.997,49	2.938,88	58,61	2.410,25	2.394,72	15,53
Em serviço		1.694,66	1.636,05	58,61	1.532,06	1.516,53	15,53
Em curso		1.302,83	1.302,83	0,00	878,19	878,19	0,00
TOTAL DO ATIVO		8.951,69	(699,58)	9.651,27	8.902,40	(547,05)	9.449,45

Demonstrações Contábeis Regulatórias

COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO RURAL DE RESENDE LTDA. – CNPJ: 31.465.487/0001-01
BALANÇOS PATRIMONIAL REGULATÓRIO E SOCIETÁRIO ((VALORES EXPRESSOS EM R\$/MIL)

	Nota de Ajustes	2013			2012		
		Societário	Ajustes CPCs	Regulatório	Societário	Ajustes CPCs	Regulatório
PASSIVO							
Circulante		1.765,21	(366,39)	2.131,60	1.238,51	(110,05)	1.348,56
Passivos Regulatórios	[7]	0,00	(366,39)	366,39	0,00	(110,05)	110,05
Outros passivos circulantes não afetados		1.765,21		1.765,21	1.238,51		1.238,51
Não circulante		6.342,67	0,00	6.342,67	6.579,07	0,00	6.579,07
Passivos Regulatórios		0,00		0,00	0,00		0,00
Outros passivos não circulantes não afetados	[7]	6.342,67		6.342,67	6.579,07		6.579,07
Patrimônio Líquido		843,81	(333,19)	1.177,00	1.084,82	(437,00)	1.521,82
Capital Social		63,69		63,69	62,91		62,91
Reserva de capital		0,00	(333,19)	333,19	0,00		0,00
Reserva de lucro		780,12		780,12	989,36	(174,80)	1.164,16
Dividendo adicionado proposto		0,00		0,00	0,00		0,00
Reavaliação Compulsoria Regulatoria	[8]	0,00		0,00	0,00		0,00
Lucro (prejuízo) acumulado	[9]	0,00		0,00	32,55	(262,20)	294,75
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMONIO LIQUIDO		8.951,69	(699,58)	9.651,27	8.902,40	(547,05)	9.449,45
		-		-	-		-

Vander Leite Gomes

Presidente

Elias de Oliveira Rodrigues

Contador CRC:RJ094000/O-3

DEMONSTRAÇÃO REGULATÓRIA DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

VALORES EXPRESSOS EM R\$/MIL

Linha	Conta Contábil	R\$ Mil	Nota de Ajustes	2013			2012		
				Societário	Ajustes CPCs	Regulatório	Societário	Ajustes	
								CPCs	Regulatório
1		RECEITA OPERACIONAL BRUTA	[10]	6.944,59	817,12	6.127,47	9.165,57	1.281,10	7.884,47
2	611.0X.1.1.01	Fornecimento de Energia Elétrica		1.844,14		1.844,14	3.222,90		3.222,90
3	611.0X.1.1.02	Suprimento de Energia Elétrica		0,00		0,00	0,00		0,00
4	611.0X.1.1.04	Energia Elétrica de Curto Prazo		0,00		0,00	0,00		0,00
5	611.0X.X.1.03	Receita pela Disponibilidade da Rede Elétrica		4.243,01		4.243,01	4.623,15		4.623,15
6	611.06	Receita de Atividade Não Vinculada	[11]	0,00		0,00	0,00		0,00
7	611.0X.X.9.XX	Outras Receitas Vinculadas	[12]	857,44	817,12	40,32	1.319,52	1.281,10	38,42
8		DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL		(196,05)	0,00	(196,05)	(436,57)	0,00	(436,57)
9		Tributos e Encargos		(41,35)	0,00	(41,35)	(39,23)	0,00	(39,23)
10	611.0X.6.X.21	Federais		(41,35)		(41,35)	(39,23)		(39,23)
11	611.0X.6.X.22	Estaduais e Municipais		0,00		0,00	0,00		0,00
12	611.05.7.1.06/7								
		Encargos - Parcela "A"		(154,70)	0,00	(154,70)	(397,34)	0,00	(397,34)
14	611.0X.7.X.31	Reserva Global de Reversão - RGR		(2,02)		(2,02)	(39,02)		(39,02)
15	611.0X.7.X.32	Pesquisa e Desenvolvimento - P & D		(35,49)		(35,49)	(32,50)		(32,50)
16	611.0X.7.X.33	Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE		(64,63)		(64,63)	(139,47)		(139,47)
17	611.0X.7.X.34	Conta de Consumo de Combustíveis- CCC		(16,82)		(16,82)	(134,36)		(134,36)
18	611.0X.7.X.35	Programa de Eficiência Energética - PEE		(35,74)		(35,74)	(32,49)		(32,49)
19	611.0X.7.X.39	Outros Encargos (Energia de Reserva e CCC Adicional)		0,00		0,00	(19,50)		(19,50)
20		RECEITA OPERACIONAL LIQUIDA.		6.748,54	817,12	5.931,42	8.729,00	1.281,10	7.447,90
21		CUSTOS NAO GERENCIÁVEIS - Parcela 'A'	[13]	(692,77)	0,00	(692,77)	(546,00)	0,00	(546,00)
22	615.0X.1.5.40/1	Energia Elétrica Comprada para Revenda		(579,58)		(579,58)	(453,14)		(453,14)
23	615.0X.1.5.43	Energia Elétrica Comprada para Revenda - Proinfra		(86,38)		(86,38)	(63,45)		(63,45)
24	615.0X.1.5.42	Encargos de Uso do Sistema de Transmissão / Distrib.		0,00		0,00	0,00		0,00
25	615.0X.1.9.38	Taxa de Fiscalização		(26,81)		(26,81)	(29,41)		(29,41)
26	615.0X.1.9.37	CFURH		0,00		0,00	0,00		0,00
27		Matéria-Prima/Insumo para Geração de Energia Elétrica		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	615.0X.X.X.12	Combustíveis		0,00		0,00	0,00		0,00
29	615.01.1.1.98	(-) Subvenção - CCC		0,00		0,00	0,00		0,00
30		RESULTADO ANTES DOS CUSTOS GERENCIÁVEIS		6.055,77	817,12	5.238,65	8.183,00	1.281,10	6.901,90
31		CUSTOS GERENCIÁVEIS- Parcela "B"		(6.116,25)	(908,46)	(5.207,79)	(7.238,40)	(2.193,99)	(5.044,41)
32	615.0X.X.X.01	Pessoal		(2.933,52)		(2.933,52)	(2.782,38)		(2.782,38)
33	615.0X.X.X.02	Administradores		(603,91)		(603,91)	(793,08)		(793,08)
34	615.0X.X.X.21	Serviço de Terceiros		(1.002,22)		(1.002,22)	(884,58)		(884,58)
35	615.0X.X.X.11	Material		(230,54)		(230,54)	(282,45)		(282,45)
36	615.0X.X.X.91	Arrendamentos e Aluguéis		(64,49)		(64,49)	(53,51)		(53,51)
37	615.0X.X.X.93	Tributos		(66,11)		(66,11)	(18,12)		(18,12)
38	615.0X.X.X.92	Seguros		0,00		0,00	0,00		0,00
39	615.0X.X.X.99	Outros		(940,03)	(908,46)	(31,57)	(2.353,32)	(2.193,99)	(159,33)
39 a	615.0X.X.X.98	(-) Recuperação de Despesas		105,17		105,17	288,34		288,34

DEMONSTRAÇÃO REGULATÓRIA DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

VALORES EXPRESSOS EM R\$/MIL

Linha	Conta Contábil	R\$ Mil	2013			2012		
			Societário	Ajustes CPCs	Regulatório	Societário	Ajustes CPCs	Regulatório
39 b	615.0X.X.X.94	Doações, Contribuições e Subvenções	(26,28)		(26,28)	(45,04)		(45,04)
40	615.0X.X.3.95	Provisão Devedores Duvidosos	(45,37)		(45,37)	(22,77)		(22,77)
41	615.0X.X.X.95/96	Provisao - Outras	(70,73)		(70,73)	(19,14)		(19,14)
42	615.0X.X.X.53	Depreciação	(231,47)		(231,47)	(272,35)		(272,35)
43	615.0X.X.X.55	Amortização	(6,75)		(6,75)	0,00		0,00
	615.06	Despesa da Atividade Não Vinculada	0,00		0,00	0,00		0,00
45		RESULTADO DA ATIVIDADE DA CONCESSÃO	(60,48)	(91,34)	30,86	944,60	(912,89)	1.857,49
46		RESULTADO EXTRA-CONCESSÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
			[14]					
47	631 (-)631.06.1.2	Receita Financeira	107,63		107,63	83,42		83,42
48	635 (-) 635.06.1.2	Despesa Financeira	(247,85)		(247,85)	(319,49)		(319,49)
49	631.06.1.2 + 635.06.1.2	Resultado de Equivalencia Patrimonial	0,00		0,00	0,00		0,00
50	671/5	Resultado Não Operacional	0,00	195,15	(195,15)	0,00	475,89	(475,89)
51		LUCRO (PREJUÍZO) ANTES IRRJ/CSLL	(200,70)	103,81	(304,51)	708,53	(437,00)	1.145,53
52	710.0X.1.2.02/4	Imposto de Renda	0,00		0,00	0,00		0,00
53	710.0X.1.2.01/3	Contribuição Social	0,00		0,00	0,00		0,00
54	710.0X.2.1/2	Participações e Contribuições à Entidade de Prev. Privada	0,00		0,00	0,00		0,00
55	710.0X.23	Reversão de Juros sobre o Capital Próprio	0,00		0,00	0,00		0,00
		LUCRO (PREJUÍZO)	(200,70)	103,81	(304,51)	708,53	(437,00)	1.145,53

Da Linha 7 deverão ser excluídas as receitas já contabilizadas na Linha 6.

Das linhas 32 a 43, excluir todos os valores que se refiram às Atividades Não Vinculadas (615.06)

Vander Leite Gomes

Presidente

Elias de Oliveira Rodrigues

Contador CRC:RJ094000/O-3

CERES - COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO RURAL DE RESENDE LTDA. – CNPJ: 31.465.487/0001-01
DEMONSTRAÇÃO REGULATÓRIA DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
VALORES EXPRESSOS EM R\$/MIL

NOTAS CONCILIATORIAS E EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATORIAS

1 Consumidores concessionárias e permissionárias

	2.013			2.012		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Descontos TUST E TUSD	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Descontos Irrigação e Aquicultura	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subsídios Baixa Renda	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compen. Financ. Interrup. Fornecimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Ajustes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>

NÃO FORAM EM 2013 E 2012 CONTABILIZADOS REFERENTES AOS ITENS DESTA NOTA DE AJUSTE

Salienta-se que o presente grupo teve redução significativa após MP 579/2012, onde os descontos regulatórios concedidos já têm reembolso líquido e certo através dos subsídios governamentais via CDE.

2 Despesas pagas antecipadamente	2.013			2.012		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Parcela "A"						
CVA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Revisão Tarifária	539,17	0,00	539,17	0,00	0,00	0,00
Sobrecontratação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subvenção baixa renda - perdas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Neutralidade dos encargos setoriais	31,76	0,00	31,76	547,05	0,00	547,05
Diferenças PLPT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros componentes Financeiros	128,65	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	<u>699,58</u>	<u>0,00</u>	<u>570,93</u>	<u>547,05</u>	<u>0,00</u>	<u>547,05</u>

EM 2013 FORAM RECONHECIDOS CONTABILMENTE OS ATIVOS REGULATORIOS REF. NEUTRALIDADE DA PARCELA A. NA LINHA REVISÃO TARIFARIA ESTA COM O SALDO DE R\$ 539,17 MIL DO DIFERIMENTO DA REVISÃO TARIFARIA NA RTP.

3 Créditos fiscais diferidos

	2.013	2.012
IRPJ Diferido	0,00	0,00
CSLL Diferido	0,00	0,00
PIS Diferido	0,00	0,00
COFINS Diferido	0,00	0,00
	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>

Não houveram créditos fiscais diferidos nos exercícios de 2013 e 2012.

4 Investimentos

	2.013	2.012
INVESTIMENTOS	0,00	0,00
	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>

Não ocorreram investimentos nos exercícios de 2013 e 2012.

5 Imobilizado

	2.013	2.012
Em serviço	5.433,27	5.096,03
Terrenos	197,83	201,87
Reservatório, Barragem e Adutoras	0,00	0,00
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	742,99	742,99
Máquinas e Equipamentos	3.564,06	3.198,54
Veículos	728,89	760,10
Móveis e Utensílios	199,50	192,53
	<u>5.433,27</u>	<u>5.096,03</u>
(-) Reintegração Acumulada	(2.208,97)	(2.026,92)
Reservatório, Barragem e Adutoras	0,00	0,00
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	(204,62)	(179,88)
Máquinas e Equipamentos	(1.302,79)	(1.201,83)
Veículos	(595,32)	(556,94)
Móveis e Utensílios	(106,24)	(88,27)

Em curso	1.302,83	875,39
Terrenos	0,00	0,00
Reservatório, Barragem e Adutoras	0,00	0,00
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	0,00	0,00
Máquinas e Equipamentos	463,20	270,42
Veículos	0,00	21,97
Móveis e Utensílios	25,57	25,57
A Ratear	0,00	0,00
Estudos e Projetos	0,00	0,00
Transformação, Fabricação e Reparo de		
Materiais	48,66	39,13
Material em Depósito	765,40	518,30
Compras em Andamento	0,00	0,00
Adiantamento a Fornecedores	0,00	0,00
Depósitos Judiciais	0,00	0,00
Total do Imobilizado	4.527,13	3.944,50
6 Intangível	58,61	15,53
Em serviço	58,61	15,53
Em curso	0,00	
	4.585,74	3.960,03
Obrigações Especiais vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	(215,64)	(41,98)
TOTAL DO IMOBILIZADO LÍQUIDO	4.370,10	3.918,05

7 Passivos Regulatórios

2.013

2.012

	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>	<u>Total</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>	<u>Total</u>
Parcela "A"						
CVA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Revisão Tarifária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Descontos TUSD e irrigação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reajuste Tarifário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sobrecontratação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subvenção baixa renda - ganhos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Neutralidade dos encargos setoriais	366,39	0,00	366,39	110,05	0,00	110,05
Outros Componentes Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	<u>366,39</u>	<u>0,00</u>	<u>366,39</u>	<u>110,05</u>	<u>0,00</u>	<u>110,05</u>

EM 2013 FORAM RECONHECIDOS OS PASSIVOS REGULARIOS REF. AS NEUTRALIDADES DA PARCELA "A"

8 Reserva de avaliação patrimonial

	<u>2.013</u>	<u>2.012</u>
Ajuste a valor de mercado	0,00	0,00
IR	0,00	0,00
CS	0,00	0,00
	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>

EM 2013 E 2012 NÃO FORAM LANÇADOS VALORES REFERENTES A RESERVAS DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL

9 Lucro (prejuízo) acumulado

	<u>2.013</u>	<u>2.012</u>
Efeito dos ajustes entre Contab Societ x Regulat.	103,81	547,05

EM 2013, HOUVE EFEITOS ENTRE OS RESULTADOS REGULATORIO E SOCIETARIOS, OCACIONADOS PELAS ANULAÇÕES DOS SALDOS DE ATIVOS E PASSIVOS REGULATORIOS

Para fins de demonstração da DMPL adequada ao Regime Societário, a diferença acima demonstrada foi ajusta contra a conta contábil do mesmo grupo intitulada OUTRAS RESERVAS DE CAPITAL

10 Receita Operacional Bruta

	<u>2.013</u>	<u>2.012</u>
Fornecimento de Energia Elétrica		
Residencial	2.897,78	3.065,40
Industrial	88,41	106,96
Comercial	2.603,62	2.867,03
Rural	482,02	562,34
Poderes Públicos	50,35	50,71
Iluminação Pública	328,95	371,80
Serviço Público	1,56	1,75
	<u>6.452,69</u>	<u>7.025,99</u>

OBS: TRATA-SE DO FORNECIMENTO FATURADO DE ENERGIA ELÉTRICA NOS EXERCÍCIOS DE 2013 E 2012

A diferença apresentada no DRER trata-se das Receitas Não Operacionais que, pelas regras do IFRS passam a ser Operacionais no Balanço Societário.

11 Receita de Atividade Não Vinculada

	<u>2.013</u>	<u>2.012</u>
	0,00	0,00
	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>

OBS: NÃO AUFERIMOS RECEITA COM ATIVIDADE NÃO VINCULADA NOS EXERCÍCIOS DE 2013 E 2012

12 Outras Receitas Vinculadas

	<u>2.013</u>	<u>2.012</u>
Compartilhamento de infra-estrutura	0,00	0,00
Serviços Taxados	17,45	19,47
DMR	10,79	8,58
Outras Receitas	12,08	10,37
	<u>40,32</u>	<u>38,42</u>

Houveram efeitos em nosso Resultado, referente aos CPC's em relação aos Custos não Gerenciáveis - Parcela "A"

13 Custos não gerenciáveis — Parcela "A"	2.013	2.012
Anulação da Receita Não Operacional	110,68	318,33
Receita de Construção	450,10	852,72
Passivo Regulatorio	256,34	110,05
	<u>817,12</u>	<u>1.281,10</u>

Houveram efeitos em nosso Resultado, referente aos CPC's em relação aos Custos não Gerenciáveis - Parcela "A"

14 Resultado Extra-Concessão

Não houve Resultado Extra-Concessão apurado em nossa Empresa nos exercícios de 2013 e 2012

**DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS
(SOCIETÁRIAS)**

Demonstrações Contábeis

Balanco Patrimonial

CERES - Cooperativa de Eletrificação Rural de Resende Ltda.

CNPJ no 31.465.487/0001-01

Balanco Patrimonial em 31 de Dezembro de 2013 e 2012

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Legislação Societária</u>	
	<u>2013</u>	<u>2012</u>
ATIVO	8.951,69	8.902,40
Circulante	1.652,38	1.995,83
Numerário disponível	38,73	41,90
Aplicações no mercado aberto	101,52	102,46
Consumidores, concessionárias e permissionárias	1526,93	1946,07
Rendas a receber	0,00	0,00
Devedores diversos	219,73	117,96
Depósitos judiciais		0,00
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(673,12)	(627,76)
Serviços em curso	70,32	111,66
Conta de resultado a compensar	0,00	0,00
Títulos e valores mobiliários	12,11	0,00
Tributos a compensar	116,60	116,22
Estoque	86,11	55,18
Imposto de renda e contribuição social diferidos	0,00	0,00
Despesas pagas antecipadamente	7,96	15,51
Outros créditos	145,49	116,63
Ativo Não-Circulante	7.299,31	6.906,57
Realizável a Longo Prazo	3.643,01	3.423,13
Coligadas, controladas e controladoras	0,00	0,00
Títulos e valores mobiliários	0,00	0,00
Tributos a compensar	0,00	0,00
Imposto de renda e contribuição social diferidos	0,00	0,00
Depósitos judiciais	138,1	164,49
Ativo Financeiro da Permissão	713,80	434,61
Outros créditos	2.791,11	2.824,03
Investimentos	0,00	0,00
Imobilizado	658,81	1.073,19
Intangível	2.997,49	2.410,25
	-	-

PASSIVO	8.951,69	8.902,40
Circulante	1.765,21	1.238,51
Fornecedores	108,83	181,03
Folha de pagamento	208,6	112,27
Encargos de dívidas	0,00	0,00
Empréstimos e financiamentos	319,30	0,00
Taxas regulamentares	5,84	26,46
Entidade de previdência privada	0,00	0,00
Tributos e Contribuições Sociais	5,18	125,65
Passivos regulatórios	0,00	0,00
Credores diversos	753,09	425,89
Dividendos e juros sobre o capital próprio	0,00	0,00
Obrigações estimadas	186,70	208,85
Provisões para contingências	0,00	0,00
Pesquisa & Desenvolvimento	31,53	55,32
Programa de Eficiência Energética	146,14	103,04
Outras contas a pagar	0,00	0,00
Passivo Não-Circulante	6.342,67	6.579,07
Passivo Exigível a Longo Prazo	6.342,67	6.579,07
Empréstimos e financiamentos	0,00	0,00
Entidade de previdência privada	0,00	0,00
Tributos e Contribuições Sociais	5.801,84	5.932,95
Imposto de renda e contribuição social diferidos	0,00	0,00
Provisões para contingências	89,87	19,14
Outras contas a pagar	450,96	626,98
Patrimônio Líquido	843,81	1.084,82
Capital social	63,69	62,91
Ajuste de avaliação patrimonial	0,00	0,00
Reservas de capital	0,00	0,00
Reservas de lucros	780,12	989,36
Lucros (prejuízos) acumulados	0,00	32,55
Recursos destinados a aumento de capital	0,00	0,00

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

-

-

Vander Leite Gomes
Presidente

Elias de Oliveira Rodrigues
Contador CRC:RJ094000/O-3

Demonstrações Contábeis

Demonstração do Resultado

CERES - Cooperativa de Eletrificação Rural de Resende Ltda.
CNPJ no 31.465.487/0001-01

Demonstração do Resultado dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012
(Valores expressos em milhares de reais)

	Legislação Societária	
	2013	2012
Receita operacional	6.944,59	9.165,56
Fornecimento de energia elétrica	1.844,14	3.222,90
Suprimento de energia elétrica	0,00	0,00
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição	4.243,01	4.623,14
Efeitos IFRS	817,12	1.281,10
Outras receitas operacionais	40,32	38,42
Deduções da receita operacional	-196,04	-436,57
ICMS	0,00	0,00
PIS	-7,33	-6,96
COFINS	-34,02	-32,26
ISSQN	0,00	0,00
Encargo do consumidor (CCC e CDE)	-81,44	-293,33
Encargo do consumidor (PEE, P&D, FNDCT e MME)	-71,23	-65,00
Quota para RGR	-2,02	-39,02
Receita operacional líquida	6.748,55	8.728,99
Custo do serviço de energia elétrica	-692,76	-535,17
Custo com energia elétrica	-26,81	-18,58
Energia elétrica comprada para revenda	-665,95	-516,59
Encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição	0,00	0,00
Custo de operação	-4.268,96	-5.528,31
Pessoal e administradores (inclui 376,20 de remuneração a administradores)	-2.278,18	-2.341,27
Entidade de previdência privada	0,00	0,00
Material	-179,37	-200,38
Matéria-prima e insumos para produção de energia elétrica	0,00	0,00
Serviços de terceiros	-551,53	-479,41
Depreciação e amortização	-220,81	-254,87
Provisões (Reversão)	-70,73	-19,14
Efeitos IFRS	-908,46	-2.193,99
Outras	-59,88	-39,25

Custo do serviço prestado a terceiros	-4.961,72	-6.063,48
Lucro operacional bruto	1.786,83	2.665,51
Despesas operacionais	-1.847,31	-1.720,92
Despesas com vendas	-45,37	-22,77
Despesas gerais e administrativas	-903,43	-822,01
Outras despesas operacionais	-898,51	-876,14
Resultado do serviço	-60,48	944,59
Resultado de participações societárias	0,00	0,00
Receita (despesa) financeira	-140,22	-236,06
Renda de aplicações financeiras	9,39	14,51
Outras Receitas Financeiras	98,24	68,92
Variação monetária e acréscimo moratório - energia vendida	0,00	0,00
Variação monetária e acréscimo moratório - energia comprada	0,00	0,00
Encargos de dívidas	-34,96	0,00
Variações monetárias vinculadas ao ativo permanente	0,00	0,00
Outras Despesas Financeiras	-212,89	-319,49
Resultado operacional	-200,70	708,53
Receita não operacional	0,00	0,00
Despesa não operacional	0,00	0,00
(Prejuízo) Lucro antes da Contribuição Social e Imposto de Renda	-200,70	708,53
Contribuição social	0,00	0,00
Imposto de renda	0,00	0,00
(Prejuízo) Lucro líquido antes das participações e da reversão dos juros sobre o capital próprio	-200,70	708,53
Reversão dos juros sobre o capital próprio	0,00	0,00
(Prejuízo) Lucro antes do item extraordinário	-200,70	708,53
Item extraordinário	0,00	0,00
Participação nos lucros	0,00	0,00
(Prejuízo) Lucro Líquido do exercício / período	-200,70	708,53
(Prejuízo) Lucro por ação - R\$	-3,1512	0,2988

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO FINDO EM
(Valores expressos em milhares de reais)

EVENTOS	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE CAPITAL	RESERVA DE REAVLIAÇÃO	PERDAS NÃO-COBERTAS PELOS COOPERADOS	RESERVAS DE LUCRO		LUCROS A DISPOSIÇÃO DA AGO	TOTAIS
					FATES	OUTRAS RESERVAS DE LUCROS		
SALDOS 31/DEZ./11	62,01	-	-	-	-	293,96	(595,53)	(239,56)
1 - AUMENTO DE CAPITAL								
- Integralização de quotas	0,90							0,90
- Devolução de quotas								-
2 - AUMENTO DE RESERVAS								
- Destinações conforme AGO		615,42				445,78	2.403,69	3.464,89
- Destinações estatutárias								-
- Outros aumentos								-
3 - DIMINUIÇÃO DE RESERVAS								
- Realização de reservas		(87,40)				(278,41)	(1.775,61)	(2.141,42)
4 - AJUSTES DE PERÍODOS ANTERIORES								-
5 - AVALIAÇÃO A VALOR JUSTO (IFRIC 12)								-
6 - RESULTADO APURADO NO EXERCÍCIO								-
SALDOS 31/DEZ./12	62,91	528,02	-	-	-	461,33	32,55	1.084,81
1 - AUMENTO DE CAPITAL								
- Integralização de quotas	0,78							0,78
2 - AUMENTO DE RESERVAS								
- Destinações conforme AGO						(200,70)	200,70	-
- Destinações estatutárias								-
- Outros aumentos					452,79	528,02		980,81
3 - DIMINUIÇÃO DE RESERVAS								
- Realização de reservas		(528,02)				(461,32)		-
4 - AJUSTES DE PERÍODOS ANTERIORES							(32,55)	(32,55)
5 - AVALIAÇÃO A VALOR JUSTO (IFRIC 12)								-
6 - RESULTADO APURADO NO EXERCÍCIO							(200,70)	(200,70)
MOVIMENTAÇÃO DO PERÍODO	0,78	(528,02)	-	-	452,79	(134,00)	(32,55)	(241,00)
SALDOS 31/DEZ./13	63,69	-	-	-	452,79	327,33	-	843,81

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

Vander Leite Gomes
Presidente

Elias de Oliveira Rodrigues
Contador CRC:RJ094000/O-3

CERES - Cooperativa de Eletrificação Rural de Resende Ltda.
CNPJ no 31.465.487/0001-01
Demonstração do Balanço Social - 2013 e 2012
(Valores expressos em R\$/Mil)

	2013			2012		
	R\$ mil			R\$ mil		
1 - Base de cálculo						
Receita Líquida (RL)						
			6.748,55			8.728,99
Lucro Operacional (LO)			(60,48)			2.665,51
Folha de Pagamento Bruta (FPB)			3.537,43			3.575,46
			% sobre			% sobre
2 - Indicadores sociais internos	R\$ mil	FPB	RL	R\$ mil	FPB	RL
Alimentação - Auxílio alimentação e outros	78,07	2,21%	1,16%	100,08	2,83%	1,48%
Encargos sociais compulsórios	772,70	21,84%	11,45%	786,37	22,23%	11,65%
Entidade de previdência privada	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Saúde - Convênio assistencial e outros benefícios	290,11	8,20%	4,30%	190,91	5,40%	2,83%
Segurança no trabalho - CIPA e exames periódicos	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Educação - Auxílio educação	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	9,37	0,26%	0,14%	27,35	0,77%	0,41%
Auxílio creche	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Participação nos resultados	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Incentivo à aposentadoria e demissão voluntária	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Vale-transporte - excedente	55,91	1,58%	0,83%	74,37	2,10%	1,10%
Outros Benefícios	39,99	1,13%	0,59%	35,45	1,00%	0,53%
Total	1.246,15	35,23%	18,47%	1.214,53	34,33%	18,00%
			% sobre			% sobre
3 - Indicadores sociais externos	R\$ mil	LO	RL	R\$ mil	LO	RL
Educação - Programa Luz das Letras	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Cultura	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Saúde e Saneamento - Apoio social aos municípios	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Habitação - Reassentamento de famílias	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Esporte e lazer	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Doações e contribuições	26,28	-43,45%	0,39%	1,97	-3,26%	0,03%
Total de contribuições para a sociedade	26,28	-43,45%	0,39%	1,97	-3,26%	0,03%
Tributos - excluídos encargos sociais	107,46	-177,68%	1,59%	18,12	-29,96%	0,27%
Total	133,74	-221,13%	1,98%	20,09	-33,22%	0,30%
			% sobre			% sobre
4 - Indicadores ambientais	R\$ mil	LO	RL	R\$ mil	LO	RL
Desapropriações de terras	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Estação ecológica - Fauna / Flora	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Relacionamento com a operação da empresa						
Programa Social de Eletricidade Rural	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Rede Compacta ou Linha Verde	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Programa de Eletrificação para População Carente	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Programa de Desenvolvimento Tecnológico e Industrial	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Museu Ecológico	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Universidade Livre do Meio Ambiente	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Programas especiais / Projetos externos	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Total	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
5 - Indicadores do corpo funcional						
				2013	2012	
				em	em	
				unidades	unidades	
Empregados no final do período				46	59	
Escolaridade dos empregados						
Superior e extensão universitária				7	13	
Ensino médio				29	37	
Ensino fundamental				10	9	
Faixa etária dos empregados						
Abaixo de 30 anos				11	18	

De 30 até 45 anos (exclusive)	21	28
Acima de 45 anos	14	13
Admissões durante o período	8	16
Mulheres que trabalham na empresa	18	19
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres em relação ao n ^o total de mulheres	5,55	5
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres em relação ao n ^o total de gerentes	25,00	20
Negros que trabalham na empresa	7	17
% de cargos gerenciais ocupados por negros em relação ao n ^o total de negros	14,28	6
% de cargos gerenciais ocupados por negros em relação ao n ^o total de gerentes	25,00	20
Portadores de deficiência física	0	1
Dependentes	70	77
Estagiários	0	5
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	10,25	7,58
Maior remuneração	6,61	7,58
Menor remuneração	0,68	0,78
Acidentes de trabalho	1	3

Vander Leite Gomes
Presidente

Elias de Oliveira Rodrigues
Contador CRC:RJ-094000/O-3

Demonstração do Valor Adicionado

CERES - Cooperativa de Eletrificação Rural de Resende Ltda.

CNPJ no 31.465.487/0001-01

**Demonstração do Valor Adicionado Dos Exercícios Findos
em 31 de Dezembro de 2013 e 2012**

(Valores expressos em milhares de reais)

	Legislação societária	
	2013	2012
Receitas	6.828,50	9.123,66
Venda de energia e serviços	6.944,60	9.165,57
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(45,37)	(22,77)
Provisão para contingências	(70,73)	(19,14)
Resultado não operacional	0,00	0,00
(-) Insumos adquiridos de terceiros	(2.825,98)	(1.683,62)
Insumos consumidos	0,00	0,00
Outros insumos adquiridos	(927,25)	(63,45)
Material e serviços de terceiros	(1.898,73)	(1.620,17)
(=) Valor adicionado bruto	4.002,52	7.440,04
(-) Quotas de reintegração	(238,22)	(272,36)
(=) Valor adicionado líquido	3.764,30	7.167,68
(+) Valor adicionado transferido	(140,22)	(236,06)
Receitas (Despesas) financeiras	(140,22)	(236,06)
Resultado da equivalência patrimonial	0,00	0,00
(=) Valor adicionado a distribuir	3.624,08	6.931,62
Distribuição do valor adicionado:		
Pessoal	2.929,41	3.107,91
Remunerações	2299,88	2313,61
Encargos sociais (exceto INSS)	164,68	339,37
Entidade de previdência privada	0,00	0,00
Auxílio alimentação	78,07	38,63
Incentivo à aposentadoria e demissão voluntária	0,00	0,00
Provisão para gratificação	0,00	0,00
Convênio assistencial e outros benefícios	397,52	419,20
Participação nos resultados	0,00	0,00
Custos imobilizados	(10,74)	(2,90)
Provisão trabalhista	0,00	0,00
Governo	830,88	3.061,67
INSS (sobre folha de pagamento)	608,02	467,56
ICMS	0,00	0,00
Imposto de renda e contribuição social	0,00	0,00

Outros (PIS/ COFINS/ enc.setoriais, outros)	222,86	2594,11
Financiadores	64,49	53,51
Juros e variações cambiais	0,00	0,00
Aluguéis	64,49	53,51
Acionistas	(200,70)	708,53
Remuneração do capital próprio	0,00	0,00
Lucros retidos	(200,70)	708,53
Valor adicionado (médio) por empregado	78,78	157,54
	0,00	0,00

Vander Leite Gomes
Presidente

Elias de Oliveira Rodrigues
Contador CRC:RJ094000/O-3

Demonstração do Fluxo de Caixa

CERES - Cooperativa de Eletrificação Rural de Resende Ltda.
CNPJ no 31.465.487/0001-01

Demonstração do Fluxo de Caixa Dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012

(Valores expressos em milhares de reais)

	Legislação Societária	
	2013	2012
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais		
Recebimentos de Consumidores	6.345,80	6.837,73
Pagamentos a Fornecedores	(2.242,38)	(2.499,12)
Fornecedores Energia Elétrica Comprada	(644,88)	(516,48)
Salários e Encargos Sociais	(3.130,96)	(2.878,08)
Caixa Gerada pelas Operações	327,58	944,05
Encargos Setoriais	(155,33)	(457,43)
Juros Pagos	0,00	(17,98)
Tributos Federais (IRPJ, CSLL, IRRF, PIS, COFINS)	(214,44)	(243,74)
Tributos Estaduais (ICMS)	(36,46)	(23,84)
Tributos Municipais (COSIP, ISSQN)	(4,72)	(5,98)
Fluxo de Caixa Antes dos Itens Extraordinários	(83,37)	195,08
Imposto de Renda na Fonte sobre Dividendos Recebidos	0,00	0,00
Indenizações	(12,76)	(22,04)
Associações e Convênios	(6,30)	(11,10)
Viagens	(14,92)	(64,54)
Outras Receitas/Despesas	604,13	(2,64)
<i>Caixa Líquida Provenientes das Atividades Operacionais</i>	<i>486,78</i>	<i>94,76</i>
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos		
Aquisição da Subsidiária Líquido da Caixa Incluída na Aquisição.	0,00	0,00
Compra de Ativo Imobilizado	(582,43)	0,00
Recebido pela Venda de Imobilizado		8,00
Juros Recebidos	0,00	0,00
Titulos de Capitalização	(17,31)	0,00
Ativos regulatórios	0,00	0,00
<i>Caixa Líquida usada nas Atividades de Investimentos</i>	<i>(599,74)</i>	<i>8,00</i>
Fluxos de Caixa das Atividades Financeiras		
Recebido pela Emissão de Ações de Capital	0,00	0,00
Recebido por Empréstimo a Longo Prazo	0,00	0,00
Devolução de Adiantamentos por Funcionários	0,00	0,60
Devolução (Adiantamento) a Fornecedor	0,00	0,00
Receitas de Aplicações Financeiras	7,59	9,92
Recebimentos de Empréstimos	1.225,99	0,00
Pagamentos de Empréstimos	(938,16)	0,00
Juros Pagos	(69,38)	0,00
Dividendos Pagos	0,00	0,00
Despesas Bancárias	(117,19)	(88,61)
Outras Devoluções	0,00	(5,95)

<i>Caixa Líquida usada nas Atividades Financeiras</i>	<u>108,85</u>	<u>(84,04)</u>
Redução Líquido no Caixa e Equivalentes à Caixa	(4,11)	18,72
Caixa e Equivalentes à Caixa no Começo do Período	<u>144,36</u>	<u>125,64</u>
Caixa e Equivalentes à Caixa no Fim do Período	<u>140,25</u>	<u>144,36</u>
Variação pelo Caixa	(4,11)	18,72

Vander Leite Gomes
Presidente

Elias de Oliveira Rodrigues
Contador CRC:RJ094000/O-3

NOTAS EXPLICATIVAS
DAS
DEMONSTRAÇÕES
CONTÁBEIS

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Valores expressos em milhares de reais)

DEFINIÇÕES DE TERMOS UTILIZADOS:

CERES – COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO RURAL DE RESENDE LTDA

ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica

SFF – Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira

1 Contexto Operacional

A CERES é uma sociedade cooperativa, destinada a pesquisar, estudar, planejar, construir e explorar a Distribuição e Comercialização de Energia, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, e pelo Ministério de Minas e Energia. A Permissionária está autorizada a participar de consórcios ou companhias, em conjunto com empresas públicas e/ou privadas, com o objetivo de desenvolver atividades nas áreas de energia, observada a legislação aplicável.

2 Das Permissões

A CERES detém concessão válida até o ano de 2028, para a Distribuição e Comercialização de Energia Elétrica na área de concessão compreendida nos municípios de Itatiaia, Bocaina de Minas, São José do Barreiro, Resende e Barra Mansa, nos Estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, conforme contrato de Concessão No 010/2008 assinado em 20/06/2008. Atualmente, (base Dezembro/2013), 4.265 consumidores divididos em 80,28% de consumidores urbanos e 19,72% de consumidores rurais. Atualmente não atendemos a nenhum “Consumidor Livre”. O prazo concedido neste contrato com o Poder Concedente tem sua vigência do dia 20/06/2008 até o dia 20/06/2028.

3 Apresentação das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis estão sendo apresentadas de acordo com as disposições da Lei das Sociedades por Ações, conjugadas com a Legislação específica emanada pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e instruções da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, observando rigorosamente as exigências contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, instituído pela Resolução ANEEL nº 444, de 26 de outubro de 2001, respeitando também, nossa particularidade como Empresa de Responsabilidade Ltda.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Cooperativa adotou as mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil introduzidas pelos pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, estando alinhado às Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) emitidas pelo IASB – (International Accounting Standard Board) com vigência para os exercícios sociais iniciados a partir

de 1º de janeiro de 2011, com aplicação retrospectiva a 01 de janeiro de 2010 para fins de comparabilidade.

Conforme determinação da SFF/ANEEL, com o intuito de buscar a harmonização com as normas internacionais de contabilidade, destacamos as transferências do Ativo Imobilizado Vinculado para o Grupo Intangível e Ativo Financeiro conforme ICPC 01 e OCPC 05, determinados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

Como o ICPC 01 não foi aprovado pela SFF/ANEEL, seus efeitos figuram somente nas Demonstrações Societárias. Em 2011 entrou em vigor a Contabilidade Regulatória, instituída pela Resolução ANEEL 396/2010. Orientações complementares foram expedidas pela SFF/ANEEL através dos Depachos: 4.722/2009, 4.097/2010, 4.991/2011, 155/2013 e 4.413/2013.

A adoção deste procedimento resultou na reclassificação para o Ativo Intangível de R\$ 2.997,49 mil e para Ativos Financeiros de R\$ 713,80 mil.

Para fins dos cálculos Tributários, conforme determinações da Instrução Normativa 1397/2013 da Receita Federal, que estabelece um regime transitório até a entrada em vigor da MP 627 em 2015 (opcionalmente em 2014), utilizamos o regime tributário baseado nos Resultados obtidos pelos critérios utilizados até 2007, convergidos através do RTT - Regime Tributário Transitório.

4 Principais Práticas Contábeis

. Aplicações no mercado aberto e títulos e valores mobiliários

Estão, quando aplicável, demonstrados pelo custo, acrescido das remunerações contratadas, reconhecidas proporcionalmente até a data das demonstrações contábeis (Nota 5).

. Consumidores, Concessionárias e Permissionárias.

Engloba o fornecimento de energia faturada e não faturada até 31 de dezembro de 2013, contabilizado com base no regime de competência.

. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Está reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir as perdas na realização das contas a receber, de acordo com as Instruções contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE (Nota 6).

. Estoque (inclusive do ativo imobilizado)

Os materiais em estoque, classificados no Ativo Circulante, estão registrados ao custo médio de aquisição e, aqueles destinados a investimentos, estão classificados no Ativo Imobilizado em Curso pelo custo de aquisição e, também, controlados pelo custo médio.

. **Investimentos**

A CERES não possui outros investimentos, senão em seu próprio Imobilizado, destinado ao Serviço Público de Energia Elétrica.

. **Imobilizado**

Registrado ao custo de aquisição ou construção, deduzida de depreciação calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nos respectivos Tipos de Unidades de Cadastro - TUC, conforme determina a Resolução ANEEL 367/2009, às taxas anuais constantes da tabela anexa XVI - TAXAS DE DEPRECIÇÃO. Em função do disposto nas Instruções Contábeis do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, os juros, encargos financeiros e variações monetárias, relativos aos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados no Imobilizado em Curso, estão registrados neste subgrupo como custo. Destaca-se que a implementação das determinações da Resolução ANEEL 367/2009, em substituição às instruções da Portaria DNAEE 815/94 teve a migração e adequação dos dados concluída no exercício de 2012.

Conforme regras do MCSE, o grupo Contábil 223 (Obrigações Especiais) foram transferidas como redutora do Ativo Imobilizado em Serviço, e, em virtude da harmonização com as Normas Internacionais de Contabilidade, transferidas como redutora do Ativo Financeiro da Concessão à receber.

. **Imposto de renda diferido.**

A CERES não diferiu nenhum Imposto no exercício de 2013 ou anterior.

. **Plano de complementação de aposentadoria e pensão.**

A CERES não possui Planos Complementares de Aposentadoria e Pensão.

. **Apuração do resultado.**

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

. **Outros direitos e obrigações.**

Demais ativos e passivos circulantes e de longo prazo estão atualizados até a data do balanço, quando legal ou contratualmente exigidos.

. **Estrutura das demonstrações contábeis.**

Com referencia às novas implementações na estrutura das demonstrações contábeis, em face a harmonização internacional e, em virtude do atendimento do Ofício de Encerramento nº 2.775/2008 – SFF/ANEEL, nº 4.097/2010 – SFF/ANEEL e Despacho ANEEL 4.722/2009 e 4.991/2011, aplicou-se a mudança nos quadros do Ativo e Passivo, incluindo os sub-grupos Ativo não Circulante e Passivo não Circulante,

excluindo-se o grupo de Ativo Permanente, conforme determinação do Órgão Regulador.

Vale salientar que desde o exercício de 2011, a SFF/ANEEL determinou que, no Balanço Regulatório, fossem utilizados modelos diferenciados com a exposição das informações de forma direcionada a apuração de dados tarifários e que demonstrem o equilíbrio econômico-financeiro da Concessão/Permissão. Adicionalmente, incluiu no rol das Demonstrações Contábeis, as chamadas Notas Conciliatórias que demonstram os ajustes efetuados entre o Balanço Societário e o Balanço Regulatório. Todos os quadros que compõem o Balanço Regulatório, a partir deste exercício, deverão, também, serem auditados pelo mesmo Auditor Independente das Demonstrações Contábeis Societárias, conforme Manual expedido pela ANEEL exclusivamente para esse fim.

Conforme Ofício Circular 364/2012, a ANEEL desobriga as Permissionárias/Concessionárias a publicar as Demonstrações Contábeis Regulatórias e Despacho ANEEL 575/2013 dispensa as Cooperativas Permissionárias de publicarem suas demonstrações contábeis societárias e regulatórias em qualquer tipo de jornal, devendo apenas disponibilizá-las no sítio eletrônico da Permissionária e encaminhá-las à SFF para posterior divulgação na CIEFSE .

Até o presente momento, a apuração da base tributária, conforme Instrução Normativa 1397/2013, é idêntica ao DRER, porém, divergente nos quadros do Ativo e Passivo Regulatório, em função de não possuir a contabilização da Reavaliação Regulatória Compulsória. Neste sentido, e, com o intuito de atender ao disposto na citada Instrução Normativa, demonstraremos ao final, Nota Explicativa contendo os quadros de Ativo Fiscal, Passivo Fiscal e Demonstração de Resultado do Exercício Fiscal.

5 Aplicações no Mercado Aberto, Títulos e Valores Mobiliários

A Concessionária possui o montante de R\$ 101,52 (Reais/mil) em Aplicações no Mercado Aberto e Títulos e Valores Mobiliários, devidamente contabilizados, desdobrados conforme demonstramos a seguir:

Instituição	Tipo de aplicação	Vencimento	Remuneração	<u>Legislação societária</u>	
				2013	2012
Bradesco S.A.	Aplicação CDB/PU24/001-D	Indeterminado	CDI /TR	101,52	102,46
Total				101,52	102,46

6 Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

Os valores referentes a Consumidores, Concessionárias e Permissionárias dos períodos de 2013 e 2012, estão assim elencados, a seguir:

	Legislação societária	
	2013	2012
Consumidores		
Faturados	1.159,67	1.463,64
Não faturados	281,36	393,32
Subtotal	1.441,03	1.856,96
Concessionárias	0,00	0,00
Permissionárias	0,00	0,00
Comercialização no âmbito do MAE	0,00	0,00
Subtotal	0,00	0,00
Total	1.441,03	1.856,96

Composição das Contas a Receber

Consumidor / Concessionárias / Permissionárias	Legislação societária							
	Vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total	Provisão para devedores duvidosos		Saldo	
					2013	2012	2013	2012
Residencial	170,63	40,74	56,35	267,72	(75,59)	(73,23)	192,13	290,476
Industrial	5,41	0,47	-	5,88	-	-	5,88	13,077
Comércio, Serviços e Outras Atividades	167,59	33,92	21,63	223,15	(24,22)	(22,48)	198,93	312,82
Rural	29,90	3,02	5,86	38,79	(4,83)	-1,22	33,95	53,90
Poder Público	2,88	3,72	9,12	15,72	(9,64)	(6,46)	6,08	21,42
Federal	0,00	0,00	0,00	-	0,00	0,00	-	-
Estadual	0,00	0,00	0,00	-	0,00	-	-	-
Municipal	2,88	3,72	9,12	15,72	-9,64	-6,46	6,08	21,42
Iluminação Pública	20,75	37,93	549,09	607,77	(558,50)	(524,17)	49,27	143,177
Serviço Público	0,09	0,21	0,34	0,64	-0,35	-0,19	0,29	1,01
Renda não Faturada	281,36	0,00	0,00	281,36	0,00	0,00	281,36	393,32
Atualização Regime Competência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Encargo a Recuperar na Tarifa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal -								
Consumidores	678,61	120,02	642,38	1.441,01	(673,13)	(627,75)	767,88	1.229,20
Concessionárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Permissionárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comercialização no MAE:	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessionárias/ permissionárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	678,61	120,02	642,38	1.441,01	(673,13)	(627,75)	767,88	1.229,20

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída considerando os principais critérios a seguir elencados:

- 1) Análise criteriosa das Contas a Receber para casos específicos;
 - 2) Casos Normais, conforme Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, sendo:
 - a) Residenciais vencidos há mais de 90 dias;
 - b) Comerciais vencidos há mais de 180 dias;
 - c) Industrial, Poder Público e Iluminação Pública vencidos há mais de 360 dias.
- Neste exercício houve aumento da PCLD na ordem de R\$ 673,12 (Reais/mil), decorrente, principalmente, da classe Industrial.

Conforme determinação Regulatória, apropriamos na Conta 112.51.9, o valor concedido a título de descontos regulatórios, a ser reembolsado pela ELETROBRAS, via Subsídio CDE, bem como o valor de Subsídio Redução Equilibrada de Tarifas publicada pela ANEEL em função da determinação da concessão de descontos gerais aos nossos consumidores implementados pela política governamental.

7 Conta de Resultado a Compensar - CRC

A CERES não possui valores na Conta de Resultado a Compensar – CRC.

8 Outros Créditos

Com referência a Outros Créditos, (Curto e Longo Prazo), os valores de 2013 e 2012 estão assim distribuídos:

	Legislação societária	
	2013	2012
Contrato de mútuo	0,00	0,00
Adiantamentos a fornecedores	107,20	57,49
Incentivos fiscais	0,00	0,00
Empréstimos compulsórios	0,00	0,00
PASEP a compensar	0,00	0,00
Caução do contrato da STN	0,00	0,00
Outros créditos a receber	3.834,59	3.415,18
Total	3.941,79	3.472,67

9 Investimentos

A CERES não possui nenhum Investimento que não seja direcionado ao seu próprio Ativo Imobilizado, integrante do Serviço Público de Energia Elétrica.

10 Imobilizado

	Legislação Societária	
	2013	2012
Em Serviço Societário	658,81	1.073,19
Em Curso Societário	0,00	0,00
Ativo Financ. da Concessão	929,44	476,59
Ativo Intangível da Concessão	1.694,66	1.532,06
Ativo Intangível em Curso	1.302,83	878,19
Reavaliação Regulatória Compulsória	0,00	0,00
Sob Total	4.585,74	3.960,03
Obrigações especiais vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica		
Sub Total	0,00	0,00
Total	4.585,74	3.960,03
Ativo Imobilizado Societário	658,81	1.073,19
Ativo Imob. Regulatório	4.585,74	3.960,03

	Legislação societária			
	2013		2012	
	Taxas anuais médias de deprec. (%)	Custo Regulatório	Depreciação e amortização acumulada Regulatório	Valor Líquido Regulatório
Em serviço	-	-	-	-
Geração	-	-	-	-
Custo histórico	-	-	-	-
Correção monetária especial	-	-	-	-
Reavaliação	-	-	-	-
Transmissão	-	-	-	-
Custo histórico	-	-	-	-

Correção monetária especial		-	-	-	-
Reavaliação		-	-	-	-
			-		
Distribuição					
Custo histórico	6,92%	4.833,73	-2.075,46	2.758,27	2.538,67
Correção monetária especial		0,00		-	-
Reavaliação Regulatória		0,00	0,00	-	-
Compulsória					
Comercialização					
Custo histórico	7,56%	97,60	-64,37	33,23	40,18
Correção monetária especial		0,00		-	-
Reaval. Regulatória		0,00		-	-
Compulsória					
Administração					
Custo histórico	11,87%	697,29	-205,88	491,41	502,99
Correção monetária especial		0,00	0,00	-	-
Reavaliação Regulatória		0,00	0,00	-	-
Compulsória					
Atividades não vinc. à Conc. do Serviço Públ. de E.E.					
Custo histórico		-	-	-	-
Correção monetária especial		-	-	-	-
Reavaliação		-	-	-	-
		5.628,62	-2.345,71	3.282,91	3.081,84
Em curso					
Geração		-	-	-	-
Transmissão		-	-	-	-
Distribuição		1.260,31	-	1.260,31	832,87
Comercialização		25,46	-	25,46	25,46
Administração		17,06	-	17,06	19,86
Atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica		-	-	-	-
		1.302,83		1.302,83	878,19
Total		6.931,45	-2.345,71	4.585,74	3.960,03

O imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição ou construção, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com as taxas anuais definidas pelas resoluções ANEEL n° 02/97, 44/99 e 240/06

As imobilizações ocorridas no exercício 2013 estão suportadas por informações formalmente prestadas pelos setores técnicos competentes, responsáveis pela execução física das mesmas.

	Legislação societária					Total
	Geração	Transmissão	Distribuição	Comercialização	Atividades não vinculadas	
Juros contabilizados no resultado	0,00	0,00	21,44	13,52	0,00	34,96
(-) Transferências para o imobilizado em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Efeito líquido do resultado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	21,44	13,52	0,00	34,96
Variações monetárias e cambiais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Transferências para o imobilizado em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Efeito líquido do resultado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	21,44	13,52	0,00	34,96

Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

São obrigações vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica e representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos no Serviço Público de Energia Elétrica na atividade de Distribuição. O prazo de vencimento dessas obrigações é aquele estabelecido pelo Órgão Regulador para concessões de geração, transmissão e distribuição, cuja quitação ocorrerá ao final da concessão.

A partir de 1º de janeiro de 1996, estas obrigações não estão sendo mais atualizadas pelos efeitos da inflação.

Por meio do Despacho SFF/ANEEL nº 3.073, de 28 de dezembro de 2006, foi instituída a subconta 223.0X.X.X.X5 – Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica – Participações e Doações – Reintegração Acumulada – AIS, cuja função é o registro da reintegração de bens constituídos com recursos oriundos de Participações e Doações (Obrigações Especiais), com a finalidade de anular o seu efeito no resultado contábil. Conforme Ofício Circular SFF/ANEEL nº 1.314, de 27 de junho de 2007, somente as empresas que já passaram pelo segundo ciclo de revisão tarifária procederão ao cálculo e registro dessa reintegração sobre o valor total das Obrigações Especiais, independente da sua data de formação.

A Composição destas Obrigações:

	Legislação societária	
	2013	2012
Participação da União	0,00	0,00
Participação dos Estados	0,00	0,00
Participação dos Municípios	0,00	0,00
Participação do consumidor	34,87	32,37
Outros	180,77	9,61
Total	215,64	41,98

Demonstrativo do Valor Reintegrado:

Obrigações Especiais	2013	2012
Valor Original	215,64	41,98
Reintegração Acumulada		
Valor Líquido	215,64	41,98

A Resolução ANEEL nº 223 de 29/04/2003 e a Resolução Normativa da ANEEL No. 250 de 13/02/2007, que estabeleceram as condições gerais para elaboração dos Planos de Universalização de Energia Elétrica e, visaram o atendimento de novas unidades consumidoras ou aumento de carga, regulamentando o disposto nos artigos 14 e 15 de Lei nº 10.438 de 26/06/2002, fixa as responsabilidades das concessionárias e permissionárias do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica. Tais fatores já tem diminuído consideravelmente o valor da participação financeira dos consumidores nos exercícios apresentados.

Apesar da Agência Reguladora (ANEEL) ter recepcionado a aplicação do CPC27 pelo Despacho 4.722/2009, corroboramos com o entendimento da mesma no que tange a não aplicação de uma referência feita no ICPC 10, no sentido que “*O valor residual e a vida útil de um ativo são revisados pelo menos ao final de cada exercício e, se as expectativas diferirem das estimativas anteriores, a mudança deve ser contabilizada como mudança de estimativa contábil, segundo o Pronunciamento Técnico CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.*” Tal fato se dá que, é competência do agente regulador definir a vida útil e a depreciação dos bens do agente. Desta forma, não há necessidade de avaliação periódica, uma vez que o Órgão Regulador além de determinar estudos de vida útil dos bens do Agente, promove ações coordenadas de avaliação a cada 4 anos no Processo de Revisão Tarifária Periódica.

11 Diferido

A CERES não possui nenhum valor registrado em seu Ativo Diferido nos Exercícios de 2012 e 2013.

12 Fornecedores

	Legislação societária	
	2013	2012
Ampla Energia e Serviços S. A.	52,70	2,12
Sub Total - Fornecedores de E. Elétrica	52,70	2,12
Fornecedores de Energia Elétrica – CCEE	0,00	0,00
Sub Total	0,00	0,00
Materiais e Serviços	56,14	178,91
Sub Total - Materiais e Serviços	56,14	178,91
Total	108,84	181,03

13 Empréstimos e Financiamentos

	Legislação societária				
	Circulante		Longo Prazo	Total	
	Principal	Encargos	Principal	2013	2012
Moeda estrangeira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sub Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Moeda Nacional					
Banco Santander	319,30	0,00	0,00	319,30	0,00
Total	319,30	0,00	0,00	319,30	0,00

14 Taxas Regulamentares

Demonstramos abaixo as Taxas Regulamentares sob responsabilidade de nossa Empresa, referente aos exercícios 2012 e 2013.

	Legislação societária	
	2013	2012
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	0,00	0,00
Quota de Reserva Global de Reversão – RGR	0,00	0,00
Quota da Conta de Consumo de Combustível – CCC	0,00	8,41
Taxa de fiscalização – ANEEL	2,18	2,51
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	3,67	12,05
0,3 % CCC sobre Sistemas Isolados	0,00	3,49
Pesquisa e Desenvolvimento Energético - PEE	146,14	103,04
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	31,53	55,32
Total	183,52	184,82

15 Tributos e Contribuições Sociais - Longo Prazo

A CERES não possui créditos referentes a tributos e contribuições Sociais no Longo Prazo referente a ICMS sobre compra de ativo imobilizado.

16 Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos.

Não há imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos na CERES no exercício de 2013 e anteriores.

17 Provisões para Contingências

Contingência	Legislação societária					
	2013			2012		
	Valor da provisão		Depósitos judiciais	Valor da provisão		Depósitos Judiciais
No exercício	Acumulada	No exercício		Acumulada		
Trabalhistas						
Plano Bresser	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Collor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Periculosidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	62,47	71,30	62,47	8,83	8,83	8,83
Subtotal	62,47	71,30	62,47	8,83	8,83	8,83
Cíveis						
Fornecedores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Consumidores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empreiteiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	607,64	0,00	174,82	801,80	174,82
Subtotal	0,00	607,64	0,00	174,82	801,80	174,82
Fiscais						
Cofins	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pis/Pasep	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	62,47	678,94	62,47	183,65	810,63	183,65

- **Contingências Trabalhistas**

Ocorreram provisões de contingências trabalhista no exercício de 2013 no valor de R\$ 71,30 mil.

- **Contingências Fiscais**

Não ocorreu provisão de contingências fiscais no exercício de 2013.

- **Contingências Cíveis**

Ocorreram provisões no exercício de 2013 na ordem de R\$ 607,64 mil.

18 Patrimônio Líquido

Capital Social

Em 31 de dezembro de 2013, o Capital Social Líquido da CERES era de R\$ 63,69 (Reais/mil), composto conforme quadro a seguir, vejamos:

CONSELHO ADMINISTRATIVO 2013		
NOME	Nº DE QUOTAS	Percentual s/Capital
Vander Leite Gomes	2	0,02%
Carlos Ribeiro da Silva	2	0,02%
Pedro Paulo Landim de Carvalho	2	0,02%
Sérgio de Carvalho Nogueira	2	0,02%
Oscar Loura da Fonseca Júnior	2	0,02%
Ivanil Marques de Almeida	5	0,04%
Moisés Ismael Maciel	2	0,02%
Sub total	17	0,14%
CONSELHO FISCAL 2013		
NOME	Nº DE QUOTAS	Percentual s/Capital
Antonio Diniz Filho	2	0,02%
Sebastião Machado da Rocha Filho	5	0,04%
José Luiz de Almeida	2	0,02%
Denilson Tavares	2	0,02%
João Lacerda Nunes	8	0,07%
Jorge Vieira Correa	4	0,03%
Sub Total	23	0,19%
DEMAIS COOPERADOS 2013		
Demais Cooperados Totalizando 2.766 Cotistas	11.756	99,66%
Total geral	11.796	100,00%

Reserva de Capital e Reserva de Lucros

A composição das Reservas de Capital e Reserva de Lucros, estão desdobrados de acordo com a tabela a baixo:

Reservas de Capital

	Legislação societária	
	2013	2012
Reservas para investimentos	0,00	0,00
FATES	452,80	461,34
Fundo de Reserva	0,00	0,00
Reservas p/ investimentos em Geração de Energia	0,00	0,00
Sub Total	452,80	461,34
Total da Reserva de Capital	452,80	461,34

Reservas de Lucros

	Legislação Societária	
	2013	2012
Reserva legal	327,32	528,02
Lucros a realizar	0,00	0,00
Reserva para Contingencias	0,00	0,00
Lucros Acumulados a disposição da AGO	0,00	32,55
Capital social	63,69	62,91
Sub Total	391,01	623,48
Total das Reservas	843,81	1.084,82

Ajustes de Exercícios Anteriores

Durante o exercício de 2013 não houve nenhum ajuste em exercícios anteriores.

19 Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

No exercício de 2013 não houve cálculo e distribuição de juros sobre Capital Próprio e capitalização das sobras.

20 Fornecimento e Suprimento de Energia Elétrica

	Nº de consumidores		MWh		Legislação societária	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Consumidores						
Residencial	3.436	3.335	6.165,06	5.718,93	2.897,78	3.065,40
Industrial	5	5	189,80	216,78	88,41	106,96
Comercial	529	502	6.084,54	5.912,17	2.603,62	2.867,03

Rural	271	267	1.754,14	1.796,45	482,02	562,34
Poder público	14	14	112,11	99,45	50,35	50,71
Iluminação pública	8	8	1.434,62	1.415,58	328,95	371,80
Serviço público	1	1	4,14	4,03	1,56	1,75
Consumo próprio	1	1	7,03	8,17	3,18	4,16
Sob total	4.265	4.133	15.751,44	15.171,56	6.455,87	7.030,15
Revendedores						
Suprimento	0	0	0	0	0	0
Suprimento - curto prazo	0	0	0	0	0	0
Sob total	0	0	0	0	0	0
Total	4.265	4.133	15.751,44	15.171,56	6.455,87	7.030,15

OBS: O Valor expresso em R\$/mil foi formado por Consumo+Demanda+Fator de Potência+ICMS.

Salientamos que a classe Consumo Próprio foi contabilizada em grupo específico conforme determinação do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE.

21 Compra e Venda de Energia Elétrica de Curto Prazo no Âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

Nos exercícios de 2013 e 2012 a CERES não efetuou operações na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

22 Energia Elétrica Comprada para Revenda:

	Quantidade MWh		Legislação societária	
	2013	2012	Reais Mil	
			2013	2012
Ampla Energia e Serviços S. A.	16.030,047	15.958,214	579,58	453,14
PROINFA	250,439	325,194	86,38	63,45
Total	16.280,486	16.283,408	665,96	516,59

23 Despesas Operacionais

Pessoal	Legislação societária		Legislação societária		Legislação societária	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012
	Despesas Com vendas		Despesas Operacionais		Despesas Gerais	

Remunerações	732,10	722,03	1.373,16	1.468,91	0,00	0,00
Encargos Sociais	282,24	260,96	508,08	527,90	0,00	0,00
Auxílio alimentação	0,00	0,00	0,00	0,29	0,00	0,00
Indenizações (Rescisões)	43,87	0,00	28,18	25,00	0,00	0,00
Participação nos resultados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Transferências para imobilização em curso	10,79	51,09	-28,06	-56,98	0,00	0,00
Auxílio estudante	3,13	10,29	8,66	14,20	0,00	0,00
Outros benefícios	188,13	189,92	388,15	361,95	0,00	0,00
Total Pessoal	1.259,25	1.234,19	2.278,18	2.341,27	0,00	0,00
Material	51,18	82,06	179,37	200,38	0,00	0,00
Serviços de Terceiros	450,71	405,17	551,53	479,41	0,00	0,00
Arrendam. e Aluguéis	25,06	19,28	39,43	34,22	0,00	0,00
Deprec. e Amortização	17,41	17,49	220,81	254,87	0,00	0,00
Provisões	45,37	22,27	70,73	19,14	0,00	0,00
Provisões (PDD)	45,37	22,27	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras provisões	0,00	0,00	70,73	19,14	0,00	0,00
Outras						
Energia comprada para revenda	665,95	516,60	0,00	0,00	0,00	0,00
Taxa de fiscalização	10,10	10,83	16,70	18,58	0,00	0,00
Tributos	19,54	4,72	46,57	13,39	0,00	0,00
Outras	-21,21	-75,10	882,35	2.185,64	0,00	0,00
Total Outras	674,38	457,05	945,62	2.217,61	0,00	0,00
Total Geral	2.523,36	2.237,51	4.285,67	5.546,90	0,00	0,00

24 Despesas Financeiras

Os encargos financeiros e as variações monetárias, distribuídos por macro-atividades, estão apropriados no resultado e no imobilizado em curso, quando for o caso, de acordo com a Instrução Contábil nº 6.3.10.4 do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE e a Instrução CVM nº 193, de 11 de julho de 1996, a partir de fev de 2010, com a mudança do MCSE, essa obrigatoriedade foi extinta. A CERES, por ter assinado o contrato de concessão recentemente ainda não obrigatoriedade de aplicar a norma.

	Geração	Transmis.	Distrib.	Comerc.	Atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	2013	2012
Encargos financeiros totais	0,00	0,00	154,40	93,45	0,00	247,85	319,49
(-) Transferências para imobilizado em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Líquido apropriado no exercício	0,00	0,00	154,40	93,45	0,00	247,85	319,49
Efeitos inflacionários e cambiais totais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Transferências para imobilizado em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Líquido apropriado no exercício	0,00	0,00	154,40	93,45	0,00	247,85	319,49

25 Resultado Não Operacional

	Legislação societária	
	2013	2012
Receitas não Operacionais	0,00	0,00
Prejuízo na desativação de bens e direitos	0,00	0,00
Prejuízo na alienação de bens e direitos	0,00	0,00
Outras despesas não operacionais	0,00	0,00
Sub Total (Despesas não Operacionais)	0,00	0,00
Resultado não Operacional	0,00	0,00

26 Reconciliação das Taxas Efetivas e Nominais da Provisão para o Imposto de Renda e Contribuição Social

A reconciliação das taxas efetivas e nominais, utilizadas para cálculo da provisão do Imposto de Renda e Contribuição Social não são aplicadas, visto que as operações da CERES foram todas com associados, caracterizando, conforme lei 5.764/71 ato cooperativo, desta forma não havendo incidência da aplicação de IRPJ e CSLL

	Legislação societária	
	2013	2012
Sobras (Perdas) antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	(200,70)	708,53
Imposto de renda e contribuição social calculados (15% e 9%)	0,00	0,00
Efeitos Fiscais Sobre:		
Participação nos resultados	0,00	0,00
Juros sobre o capital próprio	0,00	0,00
Incentivos fiscais	0,00	0,00
Encargos capitalizados	0,00	0,00
Compensação da CSLL com a COFINS	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
Imposto de Renda e Contribuição Social no Resultado	0,00	0,00

27 Participação nos Resultados

Não foi implantado o programa de participação dos empregados nos lucros da Empresa, até o exercício de 2013.

28 Plano Previdenciário e Outros Benefícios aos Empregados

Neste exercício, foram concedidos benefícios aos funcionários da CERES como: Faculdade, Seguro de Vida, Planos Médicos e cestas básicas.

29 Transações com Partes Relacionadas

Não houve Transação com partes relacionadas nos exercícios de 2013 e 2012. A título de remuneração da diretoria “chave – administrativa”, foram pagos durante o exercício:

	legislação societária	
	2013	2012
Remuneração	455,90	581,93
Encargos	116,30	185,84
Total	572,20	767,77

30 Instrumentos Financeiros

Não houve a utilização de Instrumentos Financeiros no exercício contábil de 2013 e 2012.

31 Demonstração do Resultado Segregado por Atividade

Em atendimento às instruções e orientações da ANEEL, apresentamos as Demonstrações Contábeis, em 31 de dezembro de 2013, as Unidades de Negócio: Geração (GER), Transmissão (TRA), Distribuição (DIS), Comercialização (COM), Atividades não Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica (AV) e o Consolidado (CONS).

Legislação societária						
Balanco patrimonial	Em 31 de dezembro de 2013					
	GER	TRA	DIS	COM	AV	CONS
ATIVO						
Circulante	0,00	0,00	785,94	866,44	0,00	1.652,38
Numerário disponível	0,00	0,00	18,42	20,31	0,00	38,73
Aplicações no mercado aberto	0,00	0,00	48,29	53,23	0,00	101,52
Consumidores, concessionárias e permissionárias	0,00	0,00	726,27	800,66	0,00	1.526,93
Rendas a receber	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Devedores diversos	0,00	0,00	104,51	115,22	0,00	219,73
Depósitos judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Prov. p/ créditos de liquidação duvidosa	0,00	0,00	-320,16	-352,96	0,00	-673,12
Serviços em curso	0,00	0,00	33,45	36,87	0,00	70,32
Títulos de Valores Mobiliários	0,00	0,00	5,76	6,35	0,00	12,11
Tributos a Compensar	0,00	0,00	55,46	61,14	0,00	116,60
Estoque	0,00	0,00	40,96	45,15	0,00	86,11
Imposto de renda e contribuição social diferidos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas pagas antecipadamente	0,00	0,00	3,79	4,17	0,00	7,96
Outros créditos	0,00	0,00	69,20	76,29	0,00	145,49
Ativo Não-Circulante	0,00	0,00	3.471,84	3.827,47	0,00	7.299,31
Realizável a Longo Prazo	0,00	0,00	1.732,76	1.910,25	0,00	3.643,01
Coligadas, controladas e controladoras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Títulos e valores mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Tributos a compensar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Imposto de renda e contribuição social diferidos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Depósitos judiciais	0,00	0,00	65,69	72,41	0,00	138,10
Ativos Financeiros	0,00	0,00	339,51	374,29	0,00	713,80
Outros créditos	0,00	0,00	1.327,56	1.463,55	0,00	2.791,11
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Imobilizado	0,00	0,00	313,36	345,45	0,00	658,81

Intangível	0,00	0,00	1.425,72	1.571,77	0,00	2.997,49
Diferido	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total do Ativo	0,00	0,00	4.257,77	4.693,92	0,00	8.951,69

Legislação societária

Balço patrimonial	Em 31 de dezembro de 2013					
	GER	TRA	DIS	COM	AV	CONS
PASSIVO						
Passivo Circulante	0,00	0,00	839,60	925,61	0,00	1.765,21
Fornecedores	0,00	0,00	51,76	57,07	0,00	108,83
Folha de pagamento	0,00	0,00	99,22	109,38	0,00	208,60
Encargos de dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimos e financiamentos	0,00	0,00	151,87	167,43	0,00	319,30
Taxas regulamentares	0,00	0,00	2,78	3,06	0,00	5,84
Entidade de previdência privada	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Tributos e Contribuições Sociais	0,00	0,00	2,46	2,72	0,00	5,18
Passivos Regulatórios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Credores diversos	0,00	0,00	358,20	394,89	0,00	753,09
Dividendos e juros sobre o capital próprio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Obrigações estimadas	0,00	0,00	88,80	97,90	0,00	186,70
Provisões para contingências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Encargo de Capacidade Emergencial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pesquisa & Desenvolvimento	0,00	0,00	15,00	16,53	0,00	31,53
Programa de Eficiência Energética	0,00	0,00	69,51	76,63	0,00	146,14
Outras contas a pagar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Passivo Não-Circulante	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exigível a longo prazo	0,00	0,00	3.016,82	3.325,85	0,00	6.342,67
Empréstimos e financiamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Entidade de previdência privada	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Imposto de renda e contribuição social diferidos	0,00	0,00	2.759,58	3.042,26	0,00	5.801,84
Tributos e Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Provisões para contingências	0,00	0,00	42,75	47,12	0,00	89,87
Outras contas a pagar	0,00	0,00	214,49	236,47	0,00	450,96
Patrimônio líquido	0,00	0,00	401,35	442,46	0,00	843,81
Capital social	0,00	0,00	30,29	33,40	0,00	63,69

Reservas de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas de lucros	0,00	0,00	371,06	409,06	0,00	780,12
Lucros (prejuízos) acumulados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos destinados a aumento de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total do passivo	0,00	0,00	4.257,77	4.693,92	0,00	8.951,69

Legislação societária

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Em 31 de dezembro de 2013

	GER	TRA	DIS	COM	AV	CONS
Receita operacional	0,00	0,00	5.072,14	1.872,45	0,00	6.944,59
Fornecimento de energia elétrica	0,00	0,00	0,00	1.844,14	0,00	1.844,14
Suprimento de energia elétrica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição	0,00	0,00	4.243,01	0,00	0,00	4.243,01
Outras receitas operacionais	0,00	0,00	12,01	28,31	0,00	40,32
Receitas de Construção e Efeitos IFRS	0,00	0,00	817,12	0,00	0,00	817,12
Deduções da receita operacional	0,00	0,00	-196,04	0,00	0,00	-196,04
ICMS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PASEP-PIS	0,00	0,00	-7,33	0,00	0,00	-7,33
COFINS	0,00	0,00	-34,02	0,00	0,00	-34,02
ISS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Quota para RGR	0,00	0,00	-2,02	0,00	0,00	-2,02
Programa de Eficiência Energética - PEE	0,00	0,00	-35,73	0,00	0,00	-35,73
Cota de Desenvolvimento Energético - CDE	0,00	0,00	-64,63	0,00	0,00	-64,63
Cota de Consumo de Combustível - CCC	0,00	0,00	-16,82	0,00	0,00	-16,82
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P & D, MME, FNDCT	0,00	0,00	-35,49	0,00	0,00	-35,49
Outros (CCC Sistemas Isolados - 0,3%)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita operacional líquida	0,00	0,00	4.876,10	1.872,45	0,00	6.748,55
Custo do serviço de energia elétrica	0,00	0,00	0,00	-692,76	0,00	-692,76
Custo com energia elétrica	0,00	0,00	0,00	-26,81	0,00	-26,81
Energia elétrica comprada para revenda	0,00	0,00	0,00	-665,95	0,00	-665,95

Encargo de Uso do Sistema de transmissão e distribuição de energia elétrica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Custo de operação	0,00	0,00	-4.268,96	0,00	0,00	-4.268,96
Pessoal e administradores	0,00	0,00	-2.278,18	0,00	0,00	-2.278,18
Entidade de previdência privada	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Material	0,00	0,00	-179,37	0,00	0,00	-179,37
Matéria-prima e insumos para produção de energia elétrica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços de terceiros	0,00	0,00	-551,53	0,00	0,00	-551,53
Depreciação e amortização	0,00	0,00	-220,81	0,00	0,00	-220,81
Provisões	0,00	0,00	-70,73	0,00	0,00	-70,73
Outras	0,00	0,00	-908,46	0,00	0,00	-908,46
Despesas de Construção e Efeitos IFRS	0,00	0,00	-59,88	0,00	0,00	-59,88
Custo do serviço prestado a terceiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Lucro operacional bruto	0,00	0,00	607,14	1.179,69	0,00	1.786,83
Despesas operacionais	0,00	0,00	0,00	-1.847,31	0,00	-1.847,31
Despesas com vendas	0,00	0,00	0,00	-45,37	0,00	-45,37
Despesas gerais e administrativas	0,00	0,00	0,00	-903,43	0,00	-903,43
Outras despesas operacionais	0,00	0,00	0,00	-898,51	0,00	-898,51
Resultado de participações societárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado do serviço	0,00	0,00	607,14	-667,62	0,00	-60,48
Receita (despesa) financeira	0,00	0,00	-146,06	5,84	0,00	-140,22
Renda de aplicações financeiras	0,00	0,00	5,77	3,62	0,00	9,39
Outras Receitas Financeiras	0,00	0,00	2,57	95,67	0,00	98,24
Variação monetária e acréscimo moratório - energia comprada	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Encargos de dívidas	0,00	0,00	-21,44	-13,52	0,00	-34,96
Variações monetárias vinculadas ao ativo permanente (Líquido de R\$ ____, transferido para o custo de obra nota XX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras (Receitas e Despesas)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Financeiras	0,00	0,00	-132,96	-79,93	0,00	-212,89
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado operacional	0,00	0,00	461,08	-661,78	0,00	-200,70
Receita não operacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa não operacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Resultado Não Operacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Lucro (prejuízo) antes da contribuição social e imposto de renda	0,00	0,00	461,08	-661,78	0,00	-200,70
Contribuição social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Imposto de renda	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Lucro líquido (prejuízo) antes das participações e da reversão dos juros sobre o capital próprio	0,00	0,00	461,08	-661,78	0,00	-200,70
Reversão dos juros sobre o capital próprio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Lucro (prejuízo) antes do item extraordinário	0,00	0,00	461,08	-661,78	0,00	-200,70
Dividendos Propostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Item extraordinário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Lucro líquido (prejuízo) do exercício / período	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Lucro (prejuízo) por ação - R\$	0,00	0,00	7,24	-10,39	0,00	-3,15
Lucro (prejuízo) antes do item extraordinário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Lucro líquido (prejuízo) do exercício / período	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Lucro (prejuízo) por ação - R\$	0,00	0,00	7,24	-10,39	0,00	-3,15

Principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações por Unidades de Negócio:

Nas Unidades de Negócio foram consideradas as receitas operacionais faturadas aos consumidores externos, acrescidas dos faturamentos de transferências virtuais entre as Unidades de Negócio da CERES, por transferências de preços contratados ou virtualmente contratados entre as partes, conforme segue:

Receita da unidade	G	T	D	C	AV	TOTAL
Geração – G	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transmissão – T	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Distribuição – D	0,00	0,00	4.243,01	0,00	0,00	4.243,01
Comercialização – C	0,00	0,00	(4.243,01)	6.087,15	0,00	1.844,14
Ativ. não Vinculadas – AV	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	6.087,15	0,00	6.087,15

O cálculo da transferência de Receita entre Atividades foi realizada a partir da Demanda de Utilização das Redes em cada mês, utilizando-se tarifas médias de venda da TUSD, conforme determinação da SFF/ANEEL.

A conciliação da demonstração de Ativo/Passivo foi realizada pela proporção do Resultado Operacional de cada uma das Unidades de Negócio.

Todos os grupos (Ativo/Passivo e Resultado) estão totalmente conciliados com a demonstração geral da Empresa, não havendo diferenças a demonstrar.

As Receitas e Despesas Operacionais já foram contabilizadas em cada Unidade de Negócio, tendo esse já absorvido o rateio da Administração Geral realizado mensalmente pela Empresa.

Para atendimento do CPC 22 – Informações por Segmento, as premissas contidas no MCSE - Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, mais precisamente na Instrução Contábil 9.17, sub item 40, onde estabelece que se deve divulgar o Resultado por Atividade (Geração, Transmissão, Distribuição, Comercialização e Não Vinculados), está em consonância com os preceitos fundamentais para a aplicação do CPC em questão. Por esse motivo, o Ativo apresentado nesta nota demonstra os valores no formato "SOCIETÁRIO"

32 Programa de Recuperação Fiscal - REFIS

A CERES não participou de Programa de Recuperação Fiscal REFIS, no exercício de 2012 e 2013.

33 Seguros

Deixamos de apresentar maiores informações sobre esse item devido a CERES não apresentar nenhum tipo de apólice de cobertura de seguros.

34 Eventos Subseqüentes

34.1 Alterações no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - Fato Relevante

A SFF/ANEEL promoveu no período final de 2009 e inicial de 2010, novas atualizações no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, os quais já tiveram reflexo no encerramento deste Exercício e influenciarão o próximo exercício que ora se inicia. Tais alterações foram publicadas através do Despacho nº 4.815/2008-SFF/ANEEL e Despacho nº. 627/2009-SFF/ANEEL. Podemos destacar, entre outras, normatizações iniciais para a amortização contábil com as regras internacionais, revisando as publicações contábeis, bem como alterações nos prazos de envio dos BMP de dezembro, janeiro e fevereiro e prazo do envio do RIT, 4o, trimestre.

Ainda nesta linha, o Despacho ANEEL No. 4.722/2009, veio:

I – aprovar e tornar obrigatório para todas as concessionárias, permissionárias e autorizadas de serviços e instalações de energia elétrica, assim como, no que for aplicável, ao Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, os seguintes Pronunciamentos Técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC: CPC 11; CPC 15 a 17; CPC 20 a 28; e CPC 30 a 33, já aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

Em 15/03/2010, a ANEEL publicou a Resolução ANEEL 396/2010 que veio, entre outras ações, oficializar a Contabilidade Regulatória, exigindo que, a Concessionária ou Permissionária realizasse controle e contabilização específica das contabilizações regulatórias e, adicionalmente, quando necessário, realizasse os lançamentos societários de forma identificável e que não fizesse parte do balancete, balanço e demonstrações contábeis regulatórios. Tal determinação já é visível em nossa Concessionária, com a edição dos quadros ATIVO/PASSIVO/DRE REGULATÓRIO e ATIVO/PASSIVO/DRE SOCIETÁRIO. Ainda nesta linha, a SFF/ANEEL, para o encerramento do exercício de 2011, determinou, através do Despacho 4991/2011-SFF/ANEEL, a introdução de novos quadros para a publicação do Ativo/Passivo/DRE Regulatórios, bem como determinou a publicação de 13 Notas Conciliatórias, afim de demonstrar os ajustes efetuados entre a Contabilidade Regulatória e a Contabilidade Societária. Nossa Empresa já procedeu a tais implementações. Para o Exercício de 2013, espera-se a imposição de grandes mudanças nesta linha, inclusive, que culminarão na duplicidade dos livros oficiais contábeis, onde teremos livros para os fins regulatórios e livros para os fins societários.

Adicionalmente, durante o exercício de 2013, várias reuniões foram marcadas entre Agentes do Setor Elétrico e SFF/ANEEL, para discussão sobre o novo Manual de Contabilidade do Setor Elétrico a ser implementado em 2014 para utilização em 2015. Tal marco regulatório trará contas novas, totalmente recompostas e com máscara totalmente renovada, o que dificultará a implementação nos Sistemas informatizados. A CERES se prepara para enfrentar esse novo desafio, assim que o mesmo for definitivamente aprovado pela Diretoria da ANEEL e determinada a sua utilização.

35 Racionamento de Energia Elétrica

Não houve nos exercícios de 2012 e 2013 intervenção governamental ou de outra natureza que nos levasse a efetuar racionamento de energia elétrica. A CERES tem trabalhado na educação da nova geração, pelo uso consciente da energia, contribuindo para evitar-se um futuro racionamento.

36 Balanço Social

Recursos Humanos

Em 2013, a CERES desenvolveu seu papel social, proporcionando aos seus colaboradores: palestras, cursos e seminários, sempre considerando a especificidade de cada função exercida. Colaborou financeiramente, nos ensinos: fundamental, médio, profissionalizante e superior, diretamente ligados às atividades afins e também, cursos de reciclagem conforme Norma Regulamentadora n°. 10 (Portaria n°. 598/2004).

Responsabilidade Social

CIPA CERES: A CERES não possui CIPA, mas tem 1 (um) técnico especializado na área de segurança.

Alimentação: A CERES distribui mensalmente uma cesta básica para todos os funcionários.

Demonstração do Balanço Social - 2013 e 2012

(Valores expressos em milhares de reais)

	2013			2012		
	R\$ mil			R\$ mil		
1 - Base de cálculo						
Receita Líquida (RL)			6.748,55			8.728,99
Lucro Operacional (LO)			(60,48)			2.665,51
Folha de Pagamento Bruta (FPB)			3.537,43			3.575,46
			% sobre			% sobre
2 - Indicadores sociais internos						
	R\$ mil	FPB	RL	R\$ mil	FPB	RL
Alimentação - Auxílio alimentação e outros	78,07	2,21%	1,16%	100,08	2,83%	1,48%
Encargos sociais compulsórios	772,70	21,84%	11,45%	786,37	22,23%	11,65%
Entidade de previdência privada	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Saúde - Convênio assistencial e outros benefícios	290,11	8,20%	4,30%	190,91	5,40%	2,83%
Segurança no trabalho - CIPA e exames periódicos	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Educação - Auxílio educação	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	9,37	0,26%	0,14%	27,35	0,77%	0,41%
Auxílio creche	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Participação nos resultados	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Incentivo à aposentadoria e demissão voluntária	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Vale-transporte - excedente	55,91	1,58%	0,83%	74,37	2,10%	1,10%
Outros Benefícios	39,99	1,13%	0,59%	35,45	1,00%	0,53%
Total	1.246,15	35,23%	18,47%	1.214,53	34,33%	18,00%
			% sobre			% sobre
3 - Indicadores sociais externos						
	R\$ mil	LO	RL	R\$ mil	LO	RL
Educação - Programa Luz das Letras	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Cultura	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Saúde e Saneamento - Apoio social aos municípios	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Habitação - Reassentamento de famílias	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Esporte e lazer	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%

Doações e contribuições	26,28	-43,45%	0,39%	1,97	-3,26%	0,03%
Total de contribuições para a sociedade	26,28	-43,45%	0,39%	1,97	-3,26%	0,03%
Tributos - excluídos encargos sociais	107,46	-177,68%	1,59%	18,12	-29,96%	0,27%
Total	133,74	-221,13%	1,98%	20,09	-33,22%	0,30%

	<u>% sobre</u>			<u>% sobre</u>		
4 - Indicadores ambientais	<u>R\$ mil</u>	<u>LO</u>	<u>RL</u>	<u>R\$ mil</u>	<u>LO</u>	<u>RL</u>
Desapropriações de terras	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Estação ecológica - Fauna / Flora	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Relacionamento com a operação da empresa						
Programa Social de Eletricidade Rural	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Rede Compacta ou Linha Verde	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Programa de Eletrificação para População Carente	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Programa de Desenvolvimento Tecnológico e Industrial	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Museu Ecológico	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Universidade Livre do Meio Ambiente	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Programas especiais / Projetos externos	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Total	0	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
	em	em
5 - Indicadores do corpo funcional	unidades	unidades
Empregados no final do período	46	59
Escolaridade dos empregados		
Superior e extensão universitária	7	13
Ensino médio	29	37
Ensino fundamental	10	9
Faixa etária dos empregados		
Abaixo de 30 anos	11	18
De 30 até 45 anos (exclusive)	21	28
Acima de 45 anos	14	13
Admissões durante o período	8	16

Mulheres que trabalham na empresa	18	19
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres em relação ao nº total de mulheres	5,55	5
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres em relação ao nº total de gerentes	25,00	20
Negros que trabalham na empresa	7	17
% de cargos gerenciais ocupados por negros em relação ao nº total de negros	14,28	6
% de cargos gerenciais ocupados por negros em relação ao nº total de gerentes	25,00	20
Portadores de deficiência física	0	1
Dependentes	70	77
Estagiários	0	5
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	10,25	7,58
Maior remuneração	6,61	7,58
Menor remuneração	0,68	0,78
Acidentes de trabalho	1	3

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

37 Demonstração do Fluxo de Caixa – DFC

(Valores expressos em milhares de reais)

em 31 de Dezembro de 2013 e 2012

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Legislação Societária</u>	
	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais		
Recebimentos de Consumidores	6.345,80	6.837,73
Pagamentos a Fornecedores	-2.242,38	-2.499,12
Fornecedores Energia Elétrica Comprada	-644,88	-516,48
Salários e Encargos Sociais	-3.130,96	-2.878,08
Caixa Gerada pelas Operações	327,58	944,05
Encargos Setoriais	-155,33	-457,43
Juros Pagos	0,00	-17,98

Tributos Federais (IRPJ, CSLL, IRRF, PIS, COFINS)	-214,44	-243,74
Tributos Estaduais (ICMS)	-36,46	-23,84
Tributos Municipais (COSIP, ISSQN)	-4,72	-5,98
Fluxo de Caixa Antes dos Itens Extraordinários	-83,37	195,08
Imposto de Renda na Fonte sobre Dividendos Recebidos	0,00	0,00
Indenizações	-12,76	-22,04
Associações e Convênios	-6,30	-11,10
Viagens	-14,92	-64,54
Outras Receitas/Despesas	604,13	-2,64
<i>Caixa Líquida Provenientes das Atividades Operacionais</i>	<i>486,78</i>	<i>94,76</i>
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos		
Aquisição da Subsidiária Líquido da Caixa Incluída na Aquisição.	0,00	0,00
Compra de Ativo Imobilizado	-582,43	0,00
Recebido pela Venda de Imobilizado	0,00	8,00
Juros Recebidos	0,00	0,00
Titulos de Capitalização	-17,31	0,00
Ativos regulatórios	0,00	0,00
<i>Caixa Líquida usada nas Atividades de Investimentos</i>	<i>-599,74</i>	<i>8,00</i>
Fluxos de Caixa das Atividades Financeiras		
Recebido pela Emissão de Ações de Capital	0,00	0,00
Recebido por Empréstimo a Longo Prazo	0,00	0,00
Devolução de Adiantamentos por Funcionários	0,00	0,60
Devolução (Adiantamento) a Fornecedor	0,00	0,00
Receitas de Aplicações Financeiras	7,59	9,92
Recebimentos de Empréstimos	1.225,99	0,00
Pagamentos de Empréstimos	-938,16	0,00
Juros Pagos	-69,38	0,00
Dividendos Pagos	0,00	0,00
Despesas Bancárias	-117,19	-88,61
Outras Devoluções	0,00	-5,95
<i>Caixa Líquida usada nas Atividades Financeiras</i>	<i>108,85</i>	<i>-84,04</i>
Redução Líquido no Caixa e Equivalentes à Caixa	-4,11	18,72
Caixa e Equivalentes à Caixa no Começo do Período	144,36	125,64
Caixa e Equivalentes à Caixa no Fim do Período	140,25	144,36
Variação pelo Caixa	-4,11	18,72

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

38 Demonstração do Valor Adicionado – DVA

Balanco Patrimonial em 31 de Dezembro de 2013 e 2012

(Valores expressos em milhares de reais)

	Legislação societária	
	2013	2012
Receitas	6.828,50	9.123,66
Venda de energia e serviços	6.944,60	9.165,57
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-45,37	-22,77
Provisão para contingências	-70,73	-19,14
Resultado não operacional	0,00	0,00
(-) Insumos adquiridos de terceiros	(2.825,98)	(1.683,62)
Insumos consumidos	0,00	0,00
Outros insumos adquiridos	-927,25	-63,45
Material e serviços de terceiros	-1.898,73	-1.620,17
(=) Valor adicionado bruto	4.002,52	7.440,04
(-) Quotas de reintegração	(238,22)	(272,36)
(=) Valor adicionado líquido	3.764,30	7.167,68
(+) Valor adicionado transferido	(140,22)	(236,06)
Receitas (Despesas) financeiras	(140,22)	(236,06)
Resultado da equivalência patrimonial	0,00	0,00
(=) Valor adicionado a distribuir	3.624,08	6.931,62
Distribuição do valor adicionado:		
Pessoal	2.929,41	3.107,91
Remunerações	2299,88	2313,61
Encargos sociais (exceto INSS)	164,68	339,37
Entidade de previdência privada	0,00	0,00
Auxílio alimentação	78,07	38,63
Incentivo à aposentadoria e demissão voluntária	0,00	0,00
Provisão para gratificação	0,00	0,00
Convênio assistencial e outros benefícios	397,52	419,20
Participação nos resultados	0,00	0,00
Custos imobilizados	(10,74)	(2,90)
Provisão trabalhista	0,00	0,00
Governo	830,88	3.061,67
INSS (sobre folha de pagamento)	608,02	467,56
ICMS	0,00	0,00
Imposto de renda e contribuição social	0,00	0,00
Outros (PIS/ COFINS/ enc.setoriais, outros)	222,86	2594,11
Financiadores		53,51

	64,49	
Juros e variações cambiais	0,00	0,00
Aluguéis	64,49	53,51
Acionistas	(200,70)	708,53
Remuneração do capital próprio	0,00	0,00
Lucros retidos	(200,70)	708,53
Valor adicionado (médio) por empregado	78,78	157,54

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

39 Atividades não Vinculadas ao Serviço Público de Energia Elétrica

A CERES não possui ou desenvolve nenhuma atividade não vinculada a sua Concessão do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica.

40 Análise Econômico-Financeira

40.1 Informações Gerais

O desempenho Econômico-Financeiro da CERES, refere-se ao período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2013, sendo que, ao término do exercício de 2013, auferimos os seguintes resultados:

Receita Anual – A Receita Operacional de Distribuição Anual decorrente no exercício atingiu um montante de R\$ 4.876,10 (Reais/mil), inferior ao ano anterior em 11,30 % que foi de R\$ 5.497,56 (Reais/mil).

Número de Consumidores – O Número de Consumidores faturados em dezembro de 2013 foram de 4.265, já em 2012 foi de 4.133 ocasionando um aumento de 3,09% em relação ao ano anterior.

Despesas com Pessoal – As Despesas com Pessoal anual decorrente do exercício de 2013 importou em R\$ 2.933,52 (Reais/mil) e no exercício anterior foi de R\$ 2.782,39 (Reais/mil), ocasionado um aumento de 5,43% em relação ao ano anterior.

Receita (Despesa) Financeira – O Resultado Financeiro no exercício de 2013, importou em R\$ (140,22) (Reais/mil), enquanto que, no exercício de 2012, houve um Resultado Financeiro R\$ (236,06) (Reais/mil).

40.2 Análise Econômico-Financeira

Coeficientes	Fórmula	Unidade	2013	2012
1. Liquidez				
Corrente ou Comum	AC / PC	R\$	0,94	1,61
Seca	(AC - E) / PC	R\$	0,89	1,57
Absoluta	AD / PC	R\$	0,08	0,04
Geral	(AC + RLP) / (PC + ELP)	R\$	0,66	0,69
2. Lucratividade				
Bruta s/ Vendas	(LB / VB) x 100	%	(2,89)	7,73
Operacional s/ Vendas	(LO / VB) x 100	%	(0,87)	10,31
Líquida s/ Vendas	(LL / VB) x 100	%	(2,89)	7,73
Líquida s/ Capital	(LL / CS) x 100	%	(315,12)	1.126,26
Líquida s/ Patrimônio Líquido	(LL / PL) x 100	%	(23,78)	65,31
3. Rentabilidade				
Retorno Líquido s/ Investimentos	(LL / AT) x 100	%	(2,19)	7,92
4. Endividamento				
Recursos de Terceiros no Investimento	[(PC + ELP - ADC) / AT] x 100	%	90,80	87,87
Recursos Próprios no Investimento	[(PL + REF - ADC) / AT] x 100	%	9,20	12,13
5. Investimentos				
Capital Fixo Aplicado	(AP / AT) x 100	%	39,88	38,95
Capital de Risco Aplicado	[(AC + RLP) / AT] x 100	%	60,12	61,05
6. Garantias				
Reais s/ Capital	(IM / CS) x 100	%	5.740,78	5.537,16
Totais s/ Capital	(AP / CS) x 100	%	5.740,78	5.537,16
7. Capital de Giro Próprio				
Capital de Giro	(AC - PC) / 1.000	R\$	(0,11)	0,76

Valores Expresso em Reais Mil

* Dados Básicos e Siglas para Análise Acima

AC = Ativo Circulante	PC = Passivo Circulante	LB = Lucro bruto
AD = Ativo Disponível	ELP = Exigível a Longo Prazo	LO = Lucro Operacional
E = Estoque	REF = Result. Exerc. Futuros	LL = Lucro Líquido
RLP = Realizável a Longo Prozo	PL = Patrimônio Líquido	DEP = Desp. Equiv. Patrimônioal
AP = Ativo Permanente	CS = Capital Integralizado	REP = Receita Equiv. Patrimônioal
AT = Ativo Total	ADC = Adto. p/Aumento de Capital	DD = Despesas Depreciação
IM = Terrenos, Edificações e Obras	VB = Vendas Brutas	CMB = Correção Monet. Balanço

OBS: Os cálculos dos coeficientes acima estão elaborados de acordo com formulas padrão de finanças e análise financeira.

A CERES não possui empreendimento em conjunto, exceção feita ao Programa de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) que é realizado de forma cooperada com outras empresas do Setor Elétrico, através de projeto denominado conforme quadro demonstrativo abaixo:

ANEEL PD-103-0002/2011 - Sistema Integrado para Indicação de Ações Técnicas de Combate às Perdas Elétricas em Redes de Distribuição Urbanas e Rirais de MT e BT Através da Monitoração Online Centralizada de Grandezas Elétricas, com desenvolvimento previsto em 36 meses (início em 01 de fevereiro de 2012), de acordo com quadro demonstrativo abaixo:

Código ANEEL	Empresa	CNPJ	Recurso (R\$)
0103	CHESP	01377555000110	573,00
0381	ELFSM	2748506900109	90,00
5379	CETRIL	49313653000110	110,00
6609	CERNHE	53176038000186	9,00
5386	CERIM	50235449000107	45,00
5366	CEDRI	50105865000190	7,00
5378	CERIPA	49606312000132	125,28
6610	CERMC	52548732000114	13,00
5384	CERPRO	44560381000139	8,00
5385	CERRP	45598678000119	28,00
5382	CERIS	57384943000182	18,00
4248	CERAL-DIS	10532365000110	14,00
0088	EFLJC	86301124000122	19,00
5274	CERES	31465487000101	27,00
2904	COOPERALIANÇA	83647990000181	185,00
5381	CEDRAP	60196987000193	31,00
5377	CERCOS	13107842000199	21,00

42 Compensação de Variação de Custos da Parcela A (neutralidade)

A CERES não possui compensação de variação de Custos da Parcela A – CVA, porém apresenta os seguintes quadros de controle da neutralidade da Parcela A abaixo:

NEUTRALIDADE - QUOTA DA CONTA DE CONSUMO DE COMBUSTÍVEIS - CCC – ACOMPANHAMENTO 2013

	CCC			
	TARIFA	PAGO	DIFERENÇA	CORRIGIDO
mar/13	20,81	8,41	(12,40)	(12,94)
abr/13	20,77	-	(20,77)	(21,58)
mai/13	17,35	-	(17,35)	(17,93)
jun/13	18,77	-		

			(18,77)	(19,32)
jul/13	10,43	-	(10,43)	(10,71)
ago/13	-	-	-	-
set/13	-	-	-	-
out/13	-	-	-	-
nov/13	-	-	-	-
dez/13	-	-	-	-

	88,13	8,41	(79,72)	(82,48)
Ativa	-	-	-	-
Passiva	(0,75)	-	-	-
Ativa Acum	-	-	-	-
Passiva Acum	(2,76)	(79,72)	(82,48)	

NEUTRALIDADE - QUOTA DA CONTA DE DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO - CDE – ACOMPANHAMENTO 2013

CDE				
	TARIFA	PAGO	DIFERENÇA	CORRIGIDO
mar/13	15,23	20,45	5,22	5,45
abr/13	15,20	12,05	(3,15)	(3,27)
mai/13	12,70	3,84	(8,86)	(9,16)
jun/13	13,74	3,84	(9,90)	(10,19)
jul/13	9,97	3,84	(6,14)	(6,30)
ago/13	5,96	3,84	(2,13)	(2,18)
set/13	3,84	3,67	(0,17)	(0,17)
out/13	3,67	3,67	(0,01)	(0,01)
nov/13	4,02	3,67	(0,36)	(0,36)
dez/13	4,14	3,67	(0,48)	(0,48)

	88,49	62,52	(25,96)	(26,68)
Ativa	0,05	-	-	-
Passiva	(0,29)	(0,48)	(0,48)	
Ativa Acum	0,23	5,22	5,45	
Passiva Acum	(0,94)	(31,18)	(32,12)	

NEUTRALIDADE - QUOTA DO PROGRAMA DE INCENTIVO AS FONTES ALTERNATIVAS DE ENERGIA ELÉTRICA - PROINFA – ACOMPANHAMENTO 2013

PROINFA			
TARIFA	PAGO	DIFERENÇA	CORRIGIDO

mar/13	6,70	5,30	(1,40)	(1,46)
abr/13	6,69	8,21	1,53	1,59
mai/13	5,59	8,21	2,63	2,71
jun/13	6,04	8,21	2,17	2,23
jul/13	6,98	8,21	1,24	1,27
ago/13	9,22	8,21	(1,00)	(1,03)
set/13	5,93	8,21	2,28	2,34
out/13	5,68	8,21	2,54	2,59
nov/13	6,22	8,21	2,00	2,03
dez/13	6,40	8,21	1,81	1,83

	65,44	79,23	13,79	14,10
	Ativa	0,15	1,81	1,83
	Passiva	(0,02)	-	-
	Ativa Acum	0,40	16,19	16,59
	Passiva Acum	(0,09)	(2,40)	(2,49)

NEUTRALIDADE - QUOTA TAXA DE FISCALIZAÇÃO DO SETOR DE ENERGIA ELÉTRICA - TFSEE – ACOMPANHAMENTO 2013

TFSEE				
	TARIFA	PAGO	DIFERENÇA	CORRIGIDO
mar/13	3,17	2,51	(0,66)	(0,69)
abr/13	3,17	2,18	(0,99)	(1,02)
mai/13	2,64	2,18	(0,47)	(0,48)
jun/13	2,86	2,18	(0,68)	(0,70)
jul/13	3,08	2,18	(0,90)	(0,93)
ago/13	3,80	2,18	(1,62)	(1,66)
set/13	2,45	2,18	(0,27)	(0,27)
out/13	2,34	2,18	(0,16)	(0,17)
nov/13	2,56	2,18	(0,39)	(0,39)
dez/13	2,64	2,18	(0,46)	(0,47)

	28,72	22,12	(6,60)	(6,79)
	Ativa	-	-	-
	Passiva	(0,06)	(0,46)	(0,47)
	Ativa Acum	-	-	-
	Passiva Acum	(0,19)	(6,60)	(6,79)

NEUTRALIDADE – RESERVA GLOBAL DE REVERSÃO - RGR – ACOMPANHAMENTO 2013

RGR			
TARIFA	PAGO	DIFERENÇA	CORRIGIDO

mar/13	2,55	-	(2,55)	(2,66)
abr/13	2,55	2,02	(0,53)	(0,55)
mai/13	2,13	-	(2,13)	(2,20)
jun/13	2,30	-	(2,30)	(2,37)
jul/13	1,28	-	(1,28)	(1,31)
ago/13	-	-	-	-
set/13	-	-	-	-
out/13	-	-	-	-
nov/13	-	-	-	-
dez/13	-	-	-	-

	10,81	2,02	(8,79)	(9,09)
Ativa	-	-	-	-
Passiva	(0,08)	-	-	-
Ativa Acum	-	-	-	-
Passiva Acum	(0,31)	(8,79)	(9,09)	

Conclusão: Encerramos o exercício de 2013 com os seguintes valores pendentes em nossa Neutralidade:

CCC - Conta de Consumo de Combustíveis	R\$/Mil
Neutralidade parcela A - CCC ATIVA - 2011/2012	0,12
Neutralidade parcela A - CCC PASSIVA - 2011/2012	-25,16
Neutralidade parcela A - CCC PASSIVA - 2012/2013	-109,41
Neutralidade parcela A - CCC PASSIVA - 2013/2014	-82,48
CDE - Conta de Desenvolvimento Energético	R\$/Mil
Neutralidade parcela A - CDE ATIVA - 2011/2012	5,93
Neutralidade parcela A - CDE ATIVA - 2013/2014	5,45
Neutralidade parcela A - CDE PASSIVA - 2011/2012	-19,32
Neutralidade parcela A - CDE PASSIVA - 2012/2013	-32,74
Neutralidade parcela A - CDE PASSIVA - 2013/2014	-32,12
PROINFA - Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica	R\$/Mil
Neutralidade parcela A - PROINFA ATIVA - 2011/2012	0,20
Neutralidade parcela A - PROINFA ATIVA - 2012/2013	3,07
Neutralidade parcela A - PROINFA ATIVA - 2013/2014	16,59
Neutralidade parcela A - PROINFA PASSIVA - 2011/2012	-5,47
Neutralidade parcela A - PROINFA PASSIVA - 2012/2013	-13,65
Neutralidade parcela A - PROINFA PASSIVA - 2013/2014	-2,49
TFSEE - Taxa de Fiscalização ANEEL	R\$/Mil
Neutralidade parcela A - TFSEE ATIVA - 2011/2012	0,07
Neutralidade parcela A - TFSEE PASSIVA - 2011/2012	-2,10
Neutralidade parcela A - TFSEE PASSIVA - 2012/2013	-4,98
Neutralidade parcela A - TFSEE PASSIVA - 2013/2014	-6,79
RGR - Reserva Global de Reversão	R\$/Mil

Neutralidade parcela A - RGR ATIVA - 2011/2012	0,33
Neutralidade parcela A - RGR PASSIVA - 2011/2012	-10,16
Neutralidade parcela A - RGR PASSIVA - 2012/2013	-10,43
Neutralidade parcela A - RGR PASSIVA - 2013/2014	-9,09

43 Créditos Fiscais

Período Apurado	Histórico	Legislação Societária		
		Curto Prazo	Longo Prazo	Total
31/12/2013	IRF a Compensar	4,76	0,00	4,76
31/12/2013	Contribuição Social Lucro Líquido a Compensar	6,06	0,00	6,06
31/12/2013	Refis a Recuperar	103,43	0,00	103,43
31/12/2013	PIS a Compensar	0,36	0,00	0,36
31/12/2013	COFINS a Compensar	1,64	0,00	1,64
31/12/2013	FGTS a compensar (Pago a Maior)	0,06	0,00	0,06
31/12/2013	INSS a compensar (Pago a Maior)	0,27	0,00	0,27
31/12/2013	PIS s/ salários a compensar (Pago a Maior)	0,01	0,00	0,01
Total Geral				116,60

A CERES possui os Créditos Fiscais demonstrados no quadro acima e faz compensações mensalmente e anualmente, conforme determinação da Legislação Fiscal.

44 Instituição do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE

A Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL promoveu a revisão das normas e procedimentos contidos no Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica, instituindo um documento denominado Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica - MCSPEE, contendo o Plano de Contas, instruções contábeis e roteiro para divulgação de Informações Econômicas e Financeiras, resultando em importantes alterações nas práticas contábeis e de divulgação, até então aplicáveis, às empresas do Setor. Tal Manual tem sido constantemente atualizado e revisto pela SFF/ANEEL e atualmente, denominou-se Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE.

Na constante atualização e modernização deste Manual, a SFF/ANEEL promoveu no período final de 2008 e inicial de 2009, novas atualizações no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE. Tais alterações foram publicadas através do Despacho nº 4815/2008-SFF/ANEEL e Despacho nº 627/2009-SFF/ANEEL. Podemos destacar, entre outras, normatizações iniciais para a harmonização contábil com as regras

internacionais, revisando as publicações contábeis, bem como alterações nos prazos de envio dos BMP de dezembro, janeiro e fevereiro e prazo do envio do RIT, 4º, trimestre. Ainda nesta linha, o Despacho ANEEL nº 4.722/2009, veio:

I – aprovar e tornar obrigatório para todas as concessionárias, permissionárias e autorizadas de serviços e instalações de energia elétrica, assim como, no que for aplicável, ao Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, os seguintes Pronunciamentos Técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC: CPC 11; CPC 15 a 17; CPC 20 a 28; e CPC 30 a 33, já aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

Já no exercício de 2010, a ANEEL publicou a Resolução ANEEL nº 396/2010, que, além de atualizações, instituiu a diferenciação da Contabilidade Regulatória e a Contabilidade Societária, as quais trouxeram algumas alterações para o exercício de 2010 e grandes alterações de procedimento para o exercício de 2011. Entre elas, podemos destacar as já contempladas neste Balanço: Novos quadros do Ativo Regulatório, Passivo Regulatório, Demonstração do Resultado Regulatório, Notas Conciliatórias e explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias. Para o exercício de 2012, já estão previstos a duplicidade dos livros Diário, Razão e Balancetes.

Ainda nesta linha, no Despacho No. 4413/2013-SFF/ANEEL, a ANEEL se pronunciou que, após quase dois anos de trabalho, foi concluída a revisão do MCSE. Ao longo do trabalho foi realizada consulta e audiência pública, esta em duas fases, para obter contribuições para o trabalho. Foram realizadas diversas reuniões técnicas com representantes das empresas e das associações para discutir o encaminhamento das propostas em audiência pública. Por fim, o citado Despacho declara que: "Por decisão do Diretor Relator, a deliberação do processo que trata da revisão do MCSE será em janeiro de 2014. Os prazos de implantação e vigência da norma permanecem inalterados. As empresas terão o ano de 2014 para realizarem todos os ajustes necessários nos sistemas corporativos em atendimento ao novo texto do MCSE. Sua vigência será a partir de 1o. de janeiro de 2015."

45 Informações de Natureza Social e Ambiental

As empresas causam grande impacto ao meio ambiente, no entanto, a CERES, vem trabalhando ao máximo para minimizar tal problema.

Uma forma cautelosa que encontramos, tem sido feito o serviço de "Poda de Árvores" que tem como objetivo, fazer a limpeza da faixa e corte de árvores em redes aéreas de distribuição.

Executamos este serviço dentro das características técnicas exigidas, sempre buscando reduzir ao máximo os impactos ambientais.

46 Energia Livre

A CERES, está dispensada de operações obrigatórias no Mercado Livre de Energia Elétrica, em virtude de seu total de Energia Comercializada estar abaixo do mínimo estipulado na legislação de Energia Livre e, por esse motivo, continua honrando o Contrato de Suprimento que firmou com a Ampla Energia e Serviços S. A., conforme instruções do Órgão Regulador.

47 RTE

A CERES, devido não ter sido afetada diretamente pelo racionamento de energia elétrica, não teve direito à edição de RTE do racionamento. Teve, contudo, em função da Resolução Normativa da ANEEL No. 521/2012, Decreto 7.891/2013 e MP 579/2012, a publicação de RTE para a concessão de Descontos na Energia para seus consumidores, cujo compensação deveria ser realizada de duas formas: a) Pela diminuição dos Encargos Setoriais; e b) Pelo depósito de Subvenção Federal compensatória.

Efetivamente ocorreu a diminuição dos Encargos. Já com relação à subvenção, não tem sido depositada no prazo regulamentar, ocasionando grandes problemas de caixa à Concessionária.

Esta RTE foi publicada através da Resolução ANEEL 1.470/2013.

48 ICMS sob Subvenção Baixa Renda

Em nosso Estado, não existe pronunciamento do Poder Executivo quanto a Tributação do ICMS sob a subvenção concedida pela União aos Consumidores classificados na classe Residencial Baixa Renda.

49 Ativo Regulatório – PIS/COFINS

No exercício de 2013, a CERES não possui saldo credor de PIS/COFINS cumulativo. Existe, contudo, a ocorrência da cobrança, por parte de nossa Supridora, de valores de PIS/COFINS não previstos em nossa tarifa. A CERES estuda, durante o exercício de 2014, consultar a ANEEL, e, provisionar tal Ativo Regulatório para solicitação de reembolso por parte do Órgão Regulador, quando da edição do próximo IRT - Índice de Reajuste Tarifário.

50 Ativo Regulatório

A CERES não possui nenhum valor registrado em ativos regulatórios.

51 Diferimento de Tarifa (Reajustes Tarifários)

Não houve Diferimento de Tarifa no exercício de 2013 na CERES

52 Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia Elétrica/Eficiência Energética (P & D e PEE)

Em conformidade com a Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, o art. 24 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, o art. 12 da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, e o art. 1º da Lei nº 11.465, de 28 de março de 2007, as Concessionárias de Serviços Públicos de Distribuição, Transmissão ou Geração de Energia Elétrica, as Permissionárias de Serviços Públicos e as autorizadas à produção independente de energia elétrica, excluindo-se, por isenção, aquelas que geram energia exclusivamente a partir de instalações eólica, solar, biomassa, cogeração qualificada e pequenas centrais hidrelétricas, devem aplicar, anualmente, um percentual mínimo de sua receita operacional líquida em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D, segundo regulamentos estabelecidos pela ANEEL. O Manual de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico estabelece as diretrizes e orientações para a elaboração de projetos de P&D, onde estes deverão estar pautados pela busca de inovações para fazer frente aos desafios tecnológicos e de mercado das empresas de energia elétrica. A pesquisa empresarial no setor de energia elétrica deverá ter metas e resultados previstos bem definidos, porque é diferente da pesquisa acadêmica pura, que se caracteriza pela liberdade de investigação. A ANEEL é responsável pela avaliação e fiscalização da execução dos projetos para reconhecimento dos investimentos realizados. Em relação aos Programas de Eficiência Energética – PEE, conforme dispõe a Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, as Empresas concessionárias ou permissionárias de distribuição de energia elétrica devem aplicar um percentual mínimo da receita operacional líquida, segundo regulamentos da ANEEL. O objetivo desses programas é demonstrar à sociedade a importância e a viabilidade econômica de ações de combate ao desperdício de energia elétrica e de melhoria da eficiência energética de equipamentos, processos e usos finais de energia. Para isso, busca-se maximizar os benefícios públicos da energia economizada e da demanda evitada no âmbito desses programas. Busca-se, enfim, a transformação do mercado de energia elétrica, estimulando o desenvolvimento de novas tecnologias e a criação de hábitos racionais de uso da energia elétrica. O Manual dos Programas de Eficiência Energética é um guia determinativo de procedimentos dirigido às Empresas, para elaboração e execução do PEE regulados pela ANEEL. Definem-se no Manual, a estrutura e a forma de apresentação dos projetos, os critérios de avaliação e de fiscalização e o tipo de projetos que podem ser realizados com recursos do PEE. Apresentam-se, também, os procedimentos para contabilização dos custos e apropriação dos investimentos realizados.

Em relação aos investimentos realizados pela CERES até 31 de dezembro de 2013, o passivo corrigido a investir apresenta-se a seguir:

PROGRAMA DE P & D - PESQUISA E DESENVOLVIMENTO - 211.91.7.3 e 112.95.1				
Exercício	Valor Apropriado	Valor Utilizado	Correção SELIC	Saldo Remanescente
2012				51,83
2013	14,34	(41,00)	0,49	25,66
TOTAL				

FNDCT - 211.91.7.1				
Exercício	Valor Apropriado	Valor Utilizado	Correção SELIC	Saldo Remanescente

2012				2,33
2013	14,40	(12,82)	0,00	3,91
TOTAL				

PROGRAMA DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA - PEE - 211.91.8 e 112.95.1				
Exercício	Valor Apropriado	Valor Utilizado	Correção SELIC	Saldo Remanescente
2012				103,04
2013	35,67	0,00	7,43	146,14
TOTAL				

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA - MME - 211.91.7.2				
Exercício	Valor Apropriado	Valor Utilizado	Correção SELIC	Saldo Remanescente
2012				1,16
2013	7,21	(6,41)	0,00	1,96
TOTAL				

53 Revisão Tarifária Periódica

A CERES, não teve abrangência dentro da fase do segundo ciclo de revisão tarifária.

54 Universalização do Serviço Público de Energia Elétrica

A CERES possui, em sua área de Concessão, todos os Consumidores Universalizados.

55 Ganhos Contingentes

A CERES não possuiu, neste exercício Ganhos Contingentes e nem em no exercício anterior.

56 Notas Não Divulgadas

Abaixo listamos notas constantes do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, mais especificamente no Roteiro para Elaboração das Demonstrações Contábeis, documento esse complementado pelo Ofício de Encerramento da SFF/ANEEL, referente NOTAS NÃO DIVULGADAS, em virtude de não fazerem parte do contexto de nossa Concessionária e, por esse motivo, não possuírem movimentação, sendo:

- Fusões, Cisões e Incorporações;

- Comodato;
- Arrendamento Mercantil;
- Compromissos;
- Provisão para Ajuste a Valor de Recuperação de Ativos;
- Debêntures;
- Programa de desestatização;
- RAP – Receita Anual Permitida;
- ECE e EAE – Encargo de Capacidade Emergencial e Encargo de Aquisição Emergencial.

Por esse motivo, justificamos a não divulgação de tais notas.

57 PROINFA - Programa de Incentivo às Fontes Alternativas Renováveis na Produção de Energia Elétrica:

A Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, em seu art. 3º, alterado pelo art. 9º da Lei nº 10.762, de 11 de novembro de 2003, e pelo artigo 2º da Lei nº 10.889, de 25 de junho de 2004, instituiu o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – PROINFA, com o objetivo de aumentar a participação de fontes alternativas renováveis na produção de energia elétrica.

O Decreto nº 5.025, de 30 de março de 2004, em seu art. 15, determina que compete à ANEEL regulamentar os procedimentos para o rateio da energia e dos custos referentes ao PROINFA. Para tanto, segundo o disposto nos Arts. nºs 12 a 14 e 16, fixa as seguintes diretrizes:

1. a ANEEL deverá estabelecer quotas de custeio e de energia a cada um dos agentes do SIN que comercializem energia com consumidor final e/ou recolhem Tarifas de Uso do Sistema de Transmissão – TUST ou Distribuição – TUSD relativas a consumidores livres;
2. o cálculo de tais quotas deve ser baseado no Plano Anual do PROINFA - PAP, a ser elaborado pela ELETROBRÁS e encaminhado para a ANEEL, até 30 de outubro de cada ano, para homologação;
3. as quotas devem ser estabelecidas proporcionalmente ao consumo verificado, de modo a não acarretar vantagens nem prejuízos à ELETROBRÁS, e pagas até o dia 10 do mês anterior ao de referência; e
4. a partir do 2º ano o PAP deve levar em consideração alteração do mercado consumidor, de preços e dos montantes de energia contratados, a inadimplência, e os montantes de energia efetivamente gerados no âmbito do PROINFA.

Diante desta regulamentação setorial, coube à CERES as seguintes quotas do PROINFA, devidamente ajustadas pela neutralidade, sendo:

Ano	GWh	Valor R\$ / mil
2012	0,32	63,45
2013	0,27	86,38

58 Ativos não Elegíveis

A CERES, não possui, até o presente momento, valores referentes a Ativos não Elegíveis.

59 Investimento Remunerável

O Investimento Remunerável, também denominado de Base de Remuneração, nas Permissionárias ainda não ocorreu o primeiro processo de Revisão Tarifária Periódica e, portanto, ainda não possui definida a base de Investimento Remunerável. Sua primeira Revisão Tarifária está prevista para 2014 com os efeitos retroativos à 2012.

60 Reajuste Tarifário

O ano de 2013 foi atípico, uma vez que, em função da MP 579/2012, posteriormente convertida em Lei, a CERES teve suas tarifas reajustadas em janeiro/2013 através da edição de RTE. Esta RTE visou obedecer à determinação governamental da concessão de descontos ao preço de energia, em contra-partida a diminuição de encargos setoriais, bem como ao compromisso de depósito mensal de subsídios via CDE.

Já no mês de agosto/2013, em nossa data contratual, foi publicado o IRT - Índice de Reajuste Tarifário, através da Resolução Homologatória ANEEL 1583/2013. O Reajuste, em função do IGPM do período e o efetivo reembolso do Ativos Regulatórios foi de 11,16%, gerando aos consumidores um efeito médio de 6,96%. O Reajuste vigorará até 14/08/2014.

61 TUSD/MUST

Conforme determinação regulatória legal, os descontos concedidos sobre a TUSD/MUST e Subsídio TE foram reconhecidos contabilmente na conta 112.51.9. Adicionalmente, em função das novas regras implementadas a partir da MP 579/2012, reconhecemos, também, o valor à receber sobre os subsídios: a) Subsídio Tarifa de Equilíbrio; b) Subsídio desconto Conexão de Consumidores Livres e Potencialmente Livres; c) Subsídios conexão Produtor Independente de Energia; d) Subsídios Suprimento Permissionária; e) Subsídio Serviço Público - Água e Esgoto; e f) Subsídio Consumidores Rurais.

62 Provisão para Ajuste a Valor de Recuperação de Ativos

No exercício de 2013 e 2012 não houve necessidade da contabilização da Provisão para Ajuste a Valor de Recuperação de Ativos, uma vez que, sendo todos os bens da

CERES vinculados à seu serviço Concedido, todos são periodicamente avaliados conforme determinação do Órgão Regulador.

63 Microgeração e Minigeração

A Resolução ANEEL 482/2012 estabeleceu as condições gerais para o acesso de microgeração e minigeração distribuída aos sistemas de distribuição de energia elétrica e o sistema de compensação.

No ano de 2013, na CERES, foram feitas algumas orientações em relação à micro e minigeração distribuída, porém sem implantação de nenhuma usina.

Em seu site, a CERES disponibiliza Norma Técnica específica para estes tipos de empreendimento.

Para 2014, acreditamos haver uma procura crescente, principalmente pela microgeração fotovoltaica, sobretudo por parte da classe residencial.”

64 Balanço Patrimonial Fiscal

Conforme Artigo 10 da Instrução Normativa 1397/2013, demonstramos abaixo a Demonstração Contábil Fiscal - Balanço Patrimonial Fiscal, composto do quadro do Ativo Fiscal, Passivo Fiscal, DREF - Demonstração de Resultado do Exercício Fiscal e DMPLR - Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido Fiscal.

BALANÇO PATRIMONIAL FISCAL

	2013
	FISCAL
ATIVO	
Circulante	2.351,96
Consumidores, concessionárias e permissionárias	1.526,93
Despesas pagas antecipadamente	707,54
Outros Ativos Circulantes não afetados	117,49
Não circulante	7.299,31
Consumidores, concessionárias e permissionárias	0,00
Créditos fiscais diferidos	0,00
Despesas pagas antecipadamente	0,00
Ativo Financeiro da Concessão	0,00
Outros Ativos não Circulantes não afetados	2.929,21

Investimentos	0,00
Imobilizado	4.311,49
Em serviço	5.357,40
(-) Reintegração Acumulada	(2.208,97)
Em curso	1.163,06
Intangíveis	58,61
Em serviço	58,61
Em curso	0,00
TOTAL DO ATIVO	9.651,27
PASSIVO	
Circulante	2.131,60
Passivos Regulatórios	366,39
Outros passivos circulantes não afetados	1.765,21
Não circulante	6.342,67
Passivos Regulatórios	0,00
Outros passivos não circulantes não afetados	6.342,67
Patrimônio Líquido	1.177,00
Capital Social	63,69
Reserva de capital	333,19
Reserva de lucro	780,12
Dividendo adicionado proposto	0,00
Reavaliação Compulsoria Regulatoria	0,00
Lucro (prejuízo) acumulado	0,00
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMONIO LIQUIDO	9.651,27

DEMONSTRAÇÃO FISCAL DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

Conta Contábil	R\$ Mil	2013 FISCAL
	RECEITA OPERACIONAL BRUTA	6.127,47
611.0X.1.1.01	Fornecimento de Energia Elétrica	1.844,14
611.0X.1.1.02	Suprimento de Energia Eletrica	0,00
611.0X.1.1.04	Energia Elétrica de Curto Prazo	0,00
611.0X.X.1.03	Receita pela Disponibilidade da Rede Elétrica	4.243,01
611.06	Receita de Atividade Não Vinculada	0,00
611.0X.X.9.XX	Outras Receitas Vinculadas	40,32
	DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL	(196,05)
	Tributos e Encargos	(41,35)
611.0X.6.X.21	Federais	(41,35)
611.0X.6.X.22	Estaduais e Municipais	0,00
611.05.7.1.06/7		
	Encargos - Parcela "A "	(154,70)
611.0X.7.X.31	Reserva Global de Reversão - RGR	(2,02)
611.0X.7.X.32	Pesquisa e Desenvolvimento - P & D	(35,49)
611.0X.7.X.33	Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE	(64,63)
611.0X.7.X.34	Conta de Consumo de Combustíveis- CCC	(16,82)
611.0X.7.X.35	Programa de Eficiência Energética - PEE	(35,74)
611.0X.7.X.39	Outros Encargos (Energia de Reserva e CCC Adicional)	0,00
	RECEITA OPERACIONAL LIQUIDA.	5.931,42
	CUSTOS NAO GERENCIÁVEIS - Parcela 'A "	(692,77)
615.0X.1.5.40/1	Energia Elétrica Comprada para Revenda	(579,58)
615.0X.1.5.43	Energia Elétrica Comprada para Revenda - Proinfa	(86,38)
615.0X.1.5.42	Encargos de Uso do Sistema de Transmissão / Distrib.	0,00
615.0X.1.9.38	Taxa de Fiscalização	(26,81)
615.0X.1.9.37	CFURH	0,00
	Matéria-Prima/Insumo para Geração de Energia Elétrica	0,00
615.0X.X.X.12	Combustíveis	0,00
615.01.1.1.98	(-) Subvenção - CCC	0,00

	RESULTADO ANTES DOS CUSTOS GERENCIAVEIS	5.238,65
	CUSTOS GERENCIÁVEIS- Parcela "B"	(5.207,79)
615.0X.X.X.01	Pessoal	(2.933,52)
615.0X.X.X.02	Administradores	(603,91)
615.0X.X.X.21	Serviço de Terceiros	(1.002,22)
615.0X.X.X.11	Material	(230,54)
615.0X.X.X.91	Arrendamentos e Aluguéis	(64,49)
615.0X.X.X.93	Tributos	(66,11)
615.0X.X.X.92	Seguros	0,00
615.0X.X.X.99	Outros	(31,57)
615.0X.X.X.98	(-) Recuperação de Despesas	105,17
615.0X.X.X.94	Doações, Contribuições e Subvenções	(26,28)
615.0X.X.3.95	Provisão Devedores Duvidosos	(45,37)
615.0X.X.X.95/96	Provisao - Outras	(70,73)
615.0X.X.X.53	Depreciação	(231,47)
615.0X.X.X.55	Amortização	(6,75)
615.06	Despesa da Atividade Não Vinculada	0,00
	RESULTADO DA ATIVIDADE DA CONCESSÃO	30,86
	RESULTADO EXTRA-CONCESSÃO	0,00
631 (-)631.06.1.2	Receita Financeira	107,63
635 (-) 635.06.1.2	Despesa Financeira	(247,85)
631.06.1.2 + 635.06.1.2	Resultado de Equivalencia Patrimonial	0,00
671/5	Resultado Não Operacional	(195,15)
	LUCRO (PREJUIZO) ANTES IRRJ/CSLL	(304,51)
710.0X.1.2.02/4	Imposto de Renda	0,00
710.0X.1.2.01/3	Contribuição Social	0,00
710.0X.2.1/2	Participações e Contribuições à Entidade de Prev. Privada	0,00
710.0X.23	Reversão de Juros sobre o Capital Próprio	0,00
	LUCRO (PREJUIZO)	(304,51)

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Fiscal

EVENTOS	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE CAPITAL	RESERVA DE REAVALIAÇÃO	PERDAS NÃO-COBERTAS PELOS COOPERADOS	RESERVAS DE LUCRO		LUCRO S A DISPOS IÇÃO DA AGO	TOTAIS
					FATES	OUTRAS RESERVAS DE LUCROS		
SALDOS 31/DEZ./12	62,91	528,02	-	-	-	461,33	32,55	1.084,81
1 - AUMENTO DE CAPITAL - Integralização de quotas	0,78							0,78
2 - AUMENTO DE RESERVAS - Destinações conforme AGO - Destinações estatutárias						(200,70)	200,70	-
- Outros aumentos					452,79	528,02		980,81
3 - DIMINUIÇÃO DE RESERVAS - Realização de reservas		(528,02)				(461,32)		(989,34)
4 - AJUSTES DE PERÍODOS ANTERIORES							(32,55)	(32,55)
5 - AVALIAÇÃO A VALOR JUSTO (IFRIC 12)								
6 - RESULTADO APURADO NO EXERCÍCIO							(200,70)	(200,70)
MOVIMENTAÇÃO DO PERÍODO	1,68	(528,02)	-	-	452,79	(134,00)	(32,55)	(240,10)
SALDOS 31/DEZ./13	63,69	-	-	-	452,79	327,33	-	843,81

65 Quotas da CDE repassadas as Distribuidoras pela Eletrobrás.

Conforme programa governamental instalado após a edição da MP 579/2012 e publicação da RTE, a CERES realizou e recebeu os subsídios abaixo descritos, apresentando, em dezembro/2013, o saldo de 19,37 R\$/MIL

	Realizado	Recebido	A Receber
DMR a Reembolsar pela CDE	19,37	0,00	19,37
			19,37

66 Nota Explicativa Conciliação LAJIDA/EBTIDA

Na composição da formação do saldo de R\$ 72,48 mil reais da LAJIDA/EBTIDA do exercício contábil de 2013 foram utilizados as seguintes contas:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Lucro/Prejuízo Líquido	-200,70	708,53
Juros sobre Empréstimos e Financiamentos	34,96	0,00
Impostos (Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Lucro)	0,00	0,00
Depreciação e Amortização	238,22	272,36
	<u>72,48</u>	<u>980,89</u>

67 Formatação Básica das Notas Explicativas

As Notas Explicativas da Administração, parte integrantes destas Demonstrações Contábeis, foram redigidas obedecendo rigorosamente à Legislação pertinente e teve autorização para a sua divulgação em 30/04/2014 pela Diretoria, não podendo os senhores sócios proceder nenhuma alteração após sua divulgação. As bases para a elaboração obedeceram aos Princípios Contábeis aplicados no Brasil, as Políticas Contábeis específicas para o Setor Elétrico e estão todas apresentadas em R\$ mil, com 2 casas decimais.

Vander Leite Gomes
Presidente

Elias de Oliveira Rodrigues
Contador CRC: RJ094000/O-3